

32064

Public Disclosure Authorized

Public Disclosure Authorized

Public Disclosure Authorized

Public Disclosure Authorized



The World Bank
Department of Finance,
Private Sector and
Infrastructure
Latin American Region

PREVENÇÃO COMUNITÁRIA DO CRIME E DA VIOLÊNCIA EM ÁREAS URBANAS DA AMÉRICA LATINA: UM GUIA DE RECURSOS PARA MUNICÍPIOS







The World Bank
Department of Finance,
Private Sector and
Infrastructure
Latin American Region

PREVENÇÃO COMUNITÁRIA DO CRIME E DA VIOLÊNCIA EM ÁREAS URBANAS DA AMÉRICA LATINA: UM GUIA DE RECURSOS PARA MUNICÍPIOS

Este manual também encontra-se disponível em inglês e em espanhol. Para maiores informações ou para enviar comentários, escreva para Bvanbronkhorst@worldbank.org.

As fotografias que ilustrm esta publicação são de autoria de jovens participantes do Projecto Observatório dos Direitos Humanos, em vários bairros de baixa renda de São Paulo, Brasil.

Novembro, 2003

Latin America and Caribbean Region
LCSFP
Banco Mundial

O Projeto Observatório dos Direitos Humanos trabalhou com trinta jovens, residentes de bairros de baixa renda em São Paulo, Brasil, que foram treinados para agir como observadores da situação de direitos humanos nas suas comunidades. O projeto foi desenvolvido e coordenado pela ONG Sou da Paz e pelo NEV- Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo.

Prefácio

Temos uma grande dívida de gratidão com o CSIR (Conselho de Pesquisa Científica e Industrial) e o ISS (Instituto de Estudos da Segurança) da África do Sul. Durante a nossa busca mundo afora por exemplos de excelência em prevenção comunitária do crime e da violência, nos deparamos com os ótimos manuais práticos desenvolvidos por eles. Tivemos a sensação imediata de que seu enfoque claro e por etapas poderia ser imensamente útil para pessoas que atuam no mesmo campo e enfrentam questões semelhantes na América Latina.

A Parte II deste manual foi adaptada diretamente da publicação *Making South Africa Safe—A Manual for Community Based Crime Prevention*, desenvolvida pelo CSIR e pelo ISS. O documento original está disponível no seguinte site: <http://www.csir.co.za/shs>. Somos muito gratas aos autores por terem aberto mão de seus copyrights em nome da disseminação de seu trabalho.

Esta publicação não teria sido possível sem o apoio generoso do Programa de Parceria Banco Mundial-Países Baixos.

Além disso, agradecemos o trabalho de vários indivíduos e grupos—tanto da América Latina quanto de outras regiões do mundo—de cujas pesquisas, experiências e práticas lançamos mão em grande medida. Gostaríamos de mencionar particularmente o trabalho de prevenção do crime e da violência da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), do Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID), do *Safer Cities Programme* da Habitat-ONU e do ICPC (Centro Internacional pela Prevenção do Crime).

Este manual foi elaborado por Bernice van Bronkhorst sob a orientação de Marianne Fay e beneficiou-se enormemente do trabalho de pesquisa de Veronique Staco. ■



I: Contextualizando

I: Contextualizando



Apesar de não ser um fenômeno novo na maior parte da América Latina, o crime e a violência vêm aumentando dramaticamente nas últimas décadas.

1. Apresentação

O propósito deste guia é oferecer informações sobre como formular programas de redução da violência e do crime a prefeituras da América Latina. Ele reúne as melhores informações que encontramos a respeito de princípios de boa prática, métodos por etapas e exemplos de todo o mundo de estratégias municipais de prevenção e redução do crime e da violência.

O grosso do relatório simplesmente reproduz o *Manual for Community Based Crime Prevention* desenvolvido pelo governo sul-africano. Este foi adaptado para o contexto latino-americano, em geral pela adição de exemplos da região. Também valemo-nos do trabalho de vários outros organismos, tais como o *Safer Cities Programme* da Habitat-ONU, a OMS e o ICPC.

Ao compilar este guia, nossa meta era ao mesmo tempo muito modesta e muito ambiciosa. Modesta porque não tínhamos a intenção de fazer uma pesquisa original, mas sim de fazer uma síntese de informações úteis. Ambiciosa porque esperamos sinceramente que possa ser de serventia para prefeituras e funcionários municipais que enfrentam os problemas do crime e da violência. Nosso objetivo é, portanto, que este guia—seguido integral ou parcialmente—ofereça conselhos, recursos e inspiração que sejam úteis e, acima de tudo, práticos, a municípios que estejam formulando suas estratégias de prevenção do crime e da violência.

2. Breve panorama do crime e da violência em áreas urbanas da América Latina

Apesar de não ser um fenômeno novo na maior parte da América Latina, o crime e a violência vêm aumentando dramaticamente nas últimas décadas e hoje são reconhecidos como problema econômico e social sério, particularmente nas áreas urbanas da região. A urbanização acelerada, a pobreza e a desigualdade persistentes, a violência política, a natureza mais organizada do crime e a emergência do uso e tráfico de

drogas ilegais são fatores citados com frequência como estando à raiz deste aumento. O crime e a violência afetam todos os níveis sociais, ricos e pobres (estes últimos mais), mulheres e homens, jovens e idosos. Os custos econômicos do crime e da violência são altos. Estima-se que na América Latina os homicídios custem aproximadamente USD \$27.737 milhões a cada ano, e que a região perca 14% de seu PIB devido

à violência (Guerrero, 1999). A criminalidade e a violência urbanas também geram um ambiente de medo. O medo do crime e da violência são “ameaças sérias à estabilidade e ao ambiente social das cidades, ao desenvolvimento sustentável e econômico, à qualidade de vida e aos direitos humanos”. (UN-Habitat *Safer Cities*, 2002).

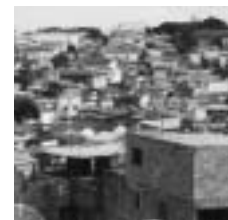
Os custos do crime e da violência costumam ser divididos em quatro categorias: custos diretos e indiretos, custos não-monetários, efeitos econômicos multiplicadores e efeitos sociais multiplicadores.

Custos diretos e indiretos—Os custos diretos do crime e da violência medem o valor dos produtos e serviços utilizados para evitar e/ou lidar com os efeitos do crime e da violência por meio do emprego de recursos públicos e particulares escassos com o sistema de justiça penal, encarceramento, serviços médicos, habitação e assistência

social. Os custos indiretos incluem a perda de investimentos e a renda não realizada de criminosos e vítimas do crime e da violência.

Custos não-monetários— Os custos não-monetários medem os efeitos não-econômicos sobre as vítimas do crime e da violência. Estes são avaliados levando-se em consideração fatores como o aumento da morbidade (seqüelas da violência, tais como deficiências físicas e mentais), aumento da mortalidade devido a homicídios e suicídios, consumo excessivo de álcool e drogas e disfunções depressivas.

Efeitos econômicos multiplicadores—Os efeitos econômicos multiplicadores medem o impacto global que o crime e a violência têm sobre a situação macroeconômica de um país e o seu mercado de trabalho, além dos impactos inter-geracionais sobre a produtividade. Por exemplo, vítimas de violência doméstica têm taxas mais altas de absenteís-



Um estudo de 1997 demonstrou que há uma diferença significativa entre os ganhos de trabalhadoras que sofrem e que não sofrem violência física.

Na Colômbia, os gastos públicos com segurança e justiça penal chegaram a 5% do PIB do país em 1996. Os gastos particulares com segurança atingiram 1,4% do PIB. Em 1995, El Salvador gastou mais de 6% de seu PIB na segurança de prédios públicos, custos jurídicos, ferimentos pessoais e programas de prevenção. Na Cidade do México, os custos econômicos da violência foram da ordem de US\$ 1,9 bilhões, representando 0,7 % do PIB do país em 1995 ou 2,7% do PIB da capital (Lozano, Hajar, Zurita et al., CAPITAL LESIONADA: VIOLENCIA EN CIUDAD DE MÉXICO).

Em 1993, o Banco Mundial estimou que o estupro e a violência doméstica causaram a perda de 9 milhões de DALYs (anos de vida ajustados a deficiências) por ano mundo afora, mais do que o total causado por todos os tipos de câncer que afetam as mulheres e mais do dobro do total de DALYs perdidos por mulheres em acidentes rodoviários. Em El Salvador, 178.000 DALYs se perderam em 1995 por mortes violentas (Cruz e Romano, 1997: 30), 60.792 no Peru (Instituto Apoyo, 1997:16), 163.136 no Rio de Janeiro (ISER, 1998: 42) e 57.673 na Cidade do México (Fundación Mexicana para la Salud, 1997: 14).

Um estudo de 1997 demonstrou que há uma diferença significativa entre os ganhos de trabalhadoras que sofrem e que não sofrem violência física. Em Manágua, Nicarágua, mulheres vítimas de violência física extrema ganharam apenas 57% do que ganharam as não-vítimas. Em Santiago, Chile, a porcentagem foi de apenas 39%. A perda de renda das mulheres representou cerca de 1,6% do PIB nicaraguense de 1996, enquanto no Chile passou de 2% (Morrison e Orlando, 1997).

Crime e violência em projetos urbanos

Por toda a América Latina há exemplos do crime e da violência afetando projetos urbanos, tais como melhorias em favelas, fornecimento de água e eletricidade, serviços de saúde e educação e projetos integrados de urbanização. Por exemplo, o programa *Favela-Bairro* no Rio de Janeiro, Brasil, enfrentou a oposição ativa—até a sabotagem—de gangues e do crime organizado em certas comunidades. Se por um lado uma infraestrutura melhorada e comunidades mais integradas, funcionais e organizadas são prioridades para quem as habita, tais mudanças poderiam ameaçar o poder de organizações criminosas sobre as comunidades e facilitar o acesso a agentes estatais, inclusive policiais.

mo, maior probabilidade de serem demitidas e menor capacidade de ganhar seu sustento.

Efeitos sociais multiplicadores—Os efeitos sociais multiplicadores medem o impacto do crime e da violência em áreas como: a erosão do capital social, a transmissão inter-geracional da violência, a piora da qualidade de vida, os efeitos sobre a cidadania e o funcionamento e confiança no processo democrático, no governo e suas instituições.

Marcos conceituais e respostas de políticas públicas— Vários marcos conceituais para se entender o crime e a violência e, por conseguinte, formular respostas de políticas

públicas, vêm sendo desenvolvidos. Um deles tem sua origem na área de saúde pública e se baseia na identificação e enfrentamento de fatores de risco.¹ Este modelo é amplamente usado na região. O marco OMS/OPAS de violência é um bom exemplo.

Fatores de risco associados ao crime e à violência urbanos—O crime e a violência podem ser detonados por uma série de fatores que podem ser classificados em três grupos: individuais, domésticos/do lar e societários.

Fatores individuais—Fatores individuais são inerentes a uma pessoa, tais como

A definição de violência da Organização Mundial da Saúde (OMS):

"A utilização intencional de força ou poder físico, por ameaça ou de fato, contra si mesmo, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulta em ou tem alta probabilidade de resultar em ferimentos, morte, dano psicológico, mau desenvolvimento ou privação."

A violência pode ser dividida em três categorias amplas:

- **Violência auto-dirigida** inclui dano físico causado a si próprio; esta categoria é subdividida em comportamento suicida e auto-flagelo;
- **Violência inter-pessoal** se relaciona com ferimentos ou danos causados por um indivíduo a outro, parente (violência doméstica) ou não (violência comunitária);
- **Violência coletiva** focaliza atos danosos cometidos por um grupo; tais atos podem ter motivações políticas, econômicas ou sociais.

A violência pode se manifestar fisicamente, psicologicamente, emocionalmente ou sexualmente.

A OMS lançou recentemente o Relatório mundial sobre violência e saúde (outubro de 2002), que é um recurso excelente e muito completo sobre as definições, abordagens e respostas de políticas públicas para diversas manifestações de violência mundo afora. Site : http://www.who.int/violence_injury_prevention.

O Contínuo de Violência de Moser—O Contínuo de Violência de Moser é um modelo alternativo para se compreender e ‘mapear’ o crime e a violência. (Moser e Shrader, 1999; Moser e Winton, 2002.)

Mapa dos tipos de violência na América Central				
Direção primária do contínuo da violência	Categoria de violência	Tipos de violência por perpetradores e/ou vítimas	Manifestações	Direção secundária do contínuo da violência
↑	Política/ institucional	Violência institucional do Estado e outras instituições Incluindo o setor privado	Execuções extra-judiciais pela polícia ‘Faxina’ social de gangues e crianças moradoras de rua conduzida pelo Estado ou comunidade Linchamento	↓ Violência social intra-lares resulta na saída de casa dos jovens, que ficam expostos a vários tipos de riscos ligados à violência das ruas
	Institucional/ econômica	Crime organizado Interesses de negócios	Intimidação e violência como meio de se resolver disputas econômicas Seqüestro Assalto a mão armada Tráfico de drogas Atividades de contrabando de carros e outros Tráfico de armas de pequeno porte Tráfico de prostitutas e emigrantes com destino aos EUA	
Violência institucional do Estado resultando em falta de confiança na polícia e no judiciário	Econômica/ social	Gangues (Maras)	Violência coletiva por ‘espaço’, roubo, furto	
	Econômica	Delinqüência/ roubo	Furto de rua; roubo	
	Econômica/ social	Crianças moradoras de rua (meninos e meninas)	Pequeno furto	
	Social	Violência doméstica entre adultos	Abuso físico e psicológico Homem-mulher	
	Social	Abuso de crianças: meninos e meninas	Abuso físico e sexual	
	Social	Conflito inter-geracional entre pais e filhos (tanto jovens quanto adultos, particularmente pessoas mais idosas)	Abuso físico e psicológico	
	Social	Violência gratuita/cotidiana	Falta de cidadania em áreas tais como o trânsito, brigas de bar e confrontações de rua.	

1 Whilst looking at risk factors is very important, various authors have highlighted the need to also look at the strengths and assets of individuals and communities, not just their problems. See International Centre for the Prevention of Crime, 2000; Moser, 1998, 2000)



A resposta tradicional a um aumento nos níveis de criminalidade e violência tem sido uma de maior controle ou repressão.

gênero, idade, características biológicas ou fisiológicas e ambiente familiar. Estes podem aumentar a predisposição de um indivíduo à violência. Anomalias cerebrais, disfunções neurológicas, deficiências de aprendizagem, complicações pré-natais e perinatais e ferimentos à cabeça podem levar a condutas violentas. Na América Latina—como no resto do mundo—os comportamentos violentos são muito mais comuns entre os homens (jovens) do que entre as mulheres.

Fatores domésticos/do lar—Fatores domésticos de risco incluem: tamanho e densidade do lar, um histórico de violência na família, monitoramento e supervisão insuficientes de crianças, criação ineficaz, evasão escolar, desemprego e origens sócio-econômicas pobres. Não destoando das tendências globais, dados da Cidade do México indicam que crianças que foram vítimas de abuso doméstico têm maior propensão a agir violentamente em suas vidas adultas. Isto sugere uma transferência inter-geracional da violência. (F. Knaut e M. Ramírez, 2002.) O álcool e as drogas são identificados como ‘incitadores’ ou ‘facilitadores’ da violência.

Fatores comunitários e societários—Fatores comunitários e societários são situações e eventos em nível societário que podem detonar o crime e a violência. A desigualdade de renda pode causar frustração econômica, que pode levar à violência econômica. A violência nos meios de comunicação é freqüentemente citada como uma influência importante nos comportamentos violentos não só entre crianças (violência juvenil, gangues de rua) mas também entre adultos (violência doméstica, estupro). Fácil acesso a armas de fogo também é uma fator de risco significativo. Há dados que indicam que a maior parte dos homicídios na região são relacionados a armas de fogo. Judiciários e polícias fracos e a impunidade reinante também afetam os níveis de crime e violên-

cia. Normas culturais também podem constituir fatores de risco, em particular onde a punição corpórea dos filhos é aceita e existe o direito do marido de controlar a sua mulher por quaisquer meios. (M. Buvinic, A. Morrison, M. Shifter, 1999.)

Os tipos de violência são identificados como política/institucional, econômica e social. Esta tipologia forma um contínuo, com elos inter-relacionados entre os diferentes tipos de violência, que se sobrepõe e reforçam. (Moser e Winton, 2002.) A tabela acima mostra o ‘mapa’ aplicado a diferentes manifestações de crime e violência encontradas na América Central.

Respostas de políticas públicas—A resposta tradicional a um aumento nos níveis de criminalidade e violência tem sido uma de maior controle ou repressão. Esta abordagem enfoca o problema depois que o crime ou ato violento foi cometido. Ela geralmente está relacionada a um endurecimento do judiciário, a aumentos de recursos e capacidades policiais e à introdução de penas mais longas com vistas a evitar e reprimir o crime e a violência. Nesta abordagem, o crime e a violência são responsabilidade da polícia e dos tribunais. Entretanto, a maior parte dos países às voltas com altos índices de crime e violência costumam descobrir que tais medidas são insuficientes para que haja um impacto significativo. Este processo freqüentemente vem acompanhado de uma perda de confiança no sistema de justiça penal, enquanto a preocupação da população com o crime e a violência permanece grande. (ICPC, 2000.)

Uma segunda resposta em termos de políticas públicas—e que complementa a primeira - enfoca a prevenção do crime e da violência. A premissa básica é evitar que o crime ou ato violento ocorra. Para tanto, é preciso entender e encarar as causas do crime e da violência e os fatores de risco associados a elas, além de construir comu-

Tendências e abordagens de políticas públicas face ao crime e à violência

- Uma mudança do foco relativamente estreito da prevenção do crime para a questão mais ampla da proteção das comunidades e da segurança como bem público.
- Um consenso em desenvolvimento a respeito da necessidade de se enfrentar as condições econômicas e sociais que favorecem o crime e a vitimização.
- Uma mudança de percepção, de acordo com a qual a responsabilidade deixa de ser primariamente da polícia, e que reconhece a necessidade de mobilização de governos, comunidades e parcerias em todos os níveis.
- Um reconhecimento do papel crucial que as lideranças municipais têm neste processo por meio da organização e motivação de coalizões locais.
- O surgimento de um consenso sobre a eficácia, em termos de redução do crime, da violência e de outros problemas sociais, de intervenções que ataquem os fatores de risco.
- Em termos de custo, a prevenção é bem mais eficaz do que as soluções de cunho penal.

Fonte: ICRC, 2000, p. 15.



A premissa básica é evitar que o crime ou ato violento ocorra.

nidades mais seguras por meio da valorização de seus pontos fortes (por exemplo, níveis de organização comunitária) e não só focar seus problemas. Além disso, a prevenção é uma opção muito mais eficaz em termos de custo do que a repressão.

A abordagem de prevenção do crime e da violência adotada por este guia combina o cumprimento da lei— isto é, garantir a manutenção da ordem nas atividades cotidianas da comunidade e reduzir o medo da população com relação ao crime — com a prevenção social— isto é, programas envolvendo diversos organismos, que enfrentem as causas do crime e da violên-

cia - e com prevenção 'situacional'— isto é, medidas para reduzir as oportunidades para certos tipos de problemas ligados ao crime e à violência. (CSIR, 2000.)

O assunto deste guia são estratégias de combate à criminalidade e à violência para governos municipais. Entretanto, ações eficazes de governos municipais requerem cooperação, e não trabalho isolado, por parte de todos os seus organismos. Também requer o apoio de diversos setores da comunidade tais como a justiça, serviços de saúde, educação e assistência social, os meios de comunicação, a polícia, ONGs e entidades religiosas. E também requer um

O quê é uma estratégia de prevenção comunitária do crime e da violência?

- Um instrumento para evitar o crime e a violência e reduzir o medo da população com relação ao crime.
- Uma ferramenta para juntar diferentes atores envolvidos com prevenção do crime.
- Um meio para se desenvolver parcerias locais de prevenção do crime e da violência.
- Uma método para garantir coordenação e administração a iniciativas de prevenção do crime.
- Uma maneira de se identificar áreas e tarefas prioritárias.

Fonte: CSIR, 2000

apoio importante: dos níveis superiores de governo e suas conexões em nível nacional, estadual, regional ou provincial.

A tabela abaixo mostra um quadro operacional que pode ser usado para identificar diversas intervenções de redução de crime e violência em diferentes níveis (regional, nacional, municipal, comunitário e não-gov-

ernamental). Ele distingue entre intervenções de curto e de médio/longo prazo para *reduzir a violência, melhorar a segurança do cidadão e aprofundar a cidadania*. Ele foi desenvolvido como adendo e em consequência do 'mapa da violência' na América Central, e também serve para demonstrar a necessidade de intervenções integradas em vários níveis. (Moser e Winton, 2002.)

Quadro Moser para a Redução da Violência

Tipo de violência		Tipos de solução					
		Redução da violência		Melhora na segurança do cidadão		Aprofundamento da cidadania**	
	Nível de intervenção	Curto prazo	Médio/Longo prazo	Curto prazo	Médio/Longo prazo	Curto prazo	Médio/Longo prazo
Crime organizado	Política pública em nível regional	*					
	Política pública em nível nacional	*					
	Programas públicos centrais	*					
	Programas públicos locais	*					
	Programas e projetos da sociedade civil	*					
Violência institucional de instituições formais e informais	*						
Gangues	*						
Delinqüencia/ roubo	*						
Crianças moradoras de rua	*						
Violência doméstica	*						
Abuso de crianças	*						
Conflito inter-geracional	*						
Violência gratuita aleatória	*						

* = Espectro semelhante de intervenções àquelas identificadas no caso do crime organizado.

** Cidadania: por exemplo, acesso ao judiciário e ao devido processo da lei.

II: Começando

II: Começando

Esta parte do guia foi reproduzida de um manual de redução de crime produzido pelo governo da África do Sul chamado *Making South Africa Safe: A Manual for Community Based Crime Prevention*, com adaptações e exemplos da América Latina e do Caribe.²

3. O Papel do Governo Local



Representantes eleitos podem tornar públicas as necessidades de suas comunidades.

Há diversas razões pelas quais governos municipais devem sair na frente na construção de comunidades mais seguras. A prevenção do crime e da violência não é tarefa de apenas um organismo ou organização; vários grupos devem trabalhar em parceria. Mas as parcerias nem sempre são fáceis de se montar e manter. Resolver o problema do crime por meio de parcerias requer:

- Liderança e coordenação;
- Envolvimento sustentado;
- Contato com a comunidade.

O governo municipal é capaz de suprir essas necessidades porque:

- É o nível de governo mais próximo do povo. Representantes eleitos podem tornar públicas as necessidades de suas comunidades. Projetos podem ser elaborados com essas necessidades específicas em mente. Tais soluções locais têm mais chance de resolver os problemas locais.
- É onde ocorre a prestação cotidiana de serviços. Tais serviços melhoram a qualidade de vida da população e criam ambientes melhores para se

viver. Muitos desses serviços são também os elementos básicos da prevenção do crime e da violência.

- Trabalha pelo desenvolvimento de suas comunidades. Se o crime é um dos principais obstáculos para a melhoria da qualidade de vida, o governo municipal deve se responsabilizar pela segurança local.

Como é que um governo municipal pode se envolver na prevenção do crime?

As funções centrais de um governo municipal tipicamente incluem a prestação e manutenção de serviços e infra-estrutura tais como vias públicas, água, esgoto, e eletricidade; a administração e planejamento do desenvolvimento da cidade; e a proteção da infra-estrutura e dependências públicas, tais como parques, espaços de recreação, prédios e outras propriedades. Em alguns casos, governos municipais também provêem serviços de saúde, educação e assistência social.

Muitas destas funções centrais podem desempenhar um papel crucial na redução do crime e da violência. No entanto, vários

elementos importantes à prevenção do crime e da violência nem sempre são funções centrais do governo municipal (ex.: saúde, educação, policiamento) e sim do governo estadual, provincial ou nacional. Isto significa que envolver essas camadas governamentais é crucial para o sucesso de um plano integrado. Devido ao fato do crime ocorrer em âmbito local, é necessário que o governo municipal inicie a ação e interaja com os outros níveis. A prevenção do crime e da violência pode se dar em três níveis:

Nível 1: Construindo sobre a base de funções existentes (ex.: leis municipais, policiamento de trânsito).

Nível 2: Alinhando funções do governo municipal a princípios de prevenção do crime.

Nível 3: Partindo para parcerias, além de atividades do governo municipal.

Uma prevenção do crime e da violência eficaz requer atividade em todos os três níveis.

Nível 1: Construindo sobre a base de funções existentes: leis municipais, policiamento de trânsito, oferecendo segurança em nível local

O lugar mais fácil de se começar é com as atividades tradicionais do governo municipal. O cumprimento de leis municipais, o policiamento do trânsito e a segurança

local são funções centrais da maior parte dos governos municipais. Iniciativas de policiamento municipal comunitário podem envolver todas essas funções e poderiam ser iniciadas por governos municipais que já tivessem os recursos necessários. Ao promover uma estratégia, estas atividades serão fáceis de se 'vender' e será fácil encontrar-lhes apoio.

Nível 2: Alinhando funções do governo municipal a princípios de prevenção do crime

A tarefa é fazer com que atividades do governo municipal funcionem em favor da redução do crime. Isto exigirá um re-alinhamento e uma reintegração de funções, um esforço de cooperação entre secretarias/departamentos municipais e que princípios de prevenção do crime e da violência sejam levados em consideração em suas atividades.

Nível 3: Começar novos projetos envolvendo parceiros na comunidade

O nível 3 inclui atividades que vão além das funções típicas de um governo municipal. Estas demandam o envolvimento de parceiros externos. Este nível representa o maior desafio, já que exige uma visão e um compromisso a mais. Os níveis 2 e 3 são



A tarefa é fazer com que atividades do governo municipal funcionem em favor da redução do crime.

Alguns exemplos

- **Fazer valer as leis municipais: comércio de rua, lixo, poluição sonora, venda de álcool, invasão de terras.**
- **Policiamento de trânsito: fazer valer as normas do trânsito, prover policiamento visível.**
- **Oferecer segurança: proteger bens e funcionários municipais, unidades de resposta rápida, patrulhas.**
- **Dar assistência à polícia: operações conjuntas, patrulhas, buscas.**
- **Policiamento municipal comunitário: cumprimento de leis municipais, patrulhas focadas, prisões, penalização de infrações de trânsito, cabulagem escolar.**
- **Reduzir desastres públicos por meio do cumprimento das leis municipais.**

Alguns exemplos

Recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento e capacitação para aumentar a capacidade de redução do crime e da violência
Design urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Desenhar e implementar normas CPTED (Prevenção de Crime e Violência Através de Design Ambiental) no planejamento urbano • Melhorias nos ambientes físicos ('retro-fitting')
Marketing	<ul style="list-style-type: none"> • Enfrentar percepções tortas a respeito do crime e da vitimização • Marketing da vida noturna em áreas desertas da cidade
Serviços de emergência	<ul style="list-style-type: none"> • Prover aconselhamento de emergência a vítimas • Fazer indicações de tratamento e disseminar informações para vítimas
Desenvolvimento econômico local	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos para programas de criação de empregos para grupos em situação de risco • Apoio para programas de novos negócios para grupos em situação de risco
Compras e finanças	<ul style="list-style-type: none"> • Auditorias para identificar corrupção • Supervisão de processos de licitação e alocação de contratos
Licenciamento	<ul style="list-style-type: none"> • Enfrentar a corrupção e o comércio de carros roubados
Transporte, vias públicas etc	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a localização e segurança de pontos de ônibus usados de madrugada • Reconhecer os problemas relacionados a rotas de transporte rápidas • Desenhar intercâmbios de meio de transporte com princípios CPTED • Intervenções físicas para reduzir 'seqüestros-relâmpago' em certos lugares
Parques e espaços abertos públicos	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir visibilidade em áreas usadas por pedestres como atalhos (ex.: com iluminação, jardinagem adequada, manutenção etc).
Planejamento urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Regulamentos para construções compatíveis com princípios CPTED • Reduzir áreas de terra vazia/sub-utilizada, identificando usos apropriados • Contribuir para e garantir o planejamento, implementação e administração de estratégias CPTED locais, normas de planejamento/desenho e projetos piloto/futuros • Melhorar a iluminação onde houver taxas altas de estupro/crimes de rua
Habitação	<ul style="list-style-type: none"> • Padrões mínimos de segurança para empreendimentos novos ou de baixo custo
Esportes, cultura e recreação	<ul style="list-style-type: none"> • Programas e espaços para jovens e crianças • Projetos teatrais comunitários que discutam a violência • Áreas esportivas e de recreação em bairros carentes
Bem-estar social	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de formação para pais e mães • Programas de formação para adolescentes • Programas de apoio a crianças com necessidades especiais

Alguns exemplos

- **Trabalhar com secretarias/ministério da educação nos níveis estadual/provincial/nacional e a polícia local para garantir ambientes escolares seguros.**
- **Desenvolver mecanismos comunitários de resolução de conflitos.**
- **Sistemas de circuito fechado de televisão (CCTV).**
- **Ajudar famílias de baixa renda a proteger seus lares e assim evitar roubos.**
- **Desenvolver programas para jovens infratores.**
- **Desenvolver serviços para as vítimas do crime.**
- **Criar programas que ajudem jovens em situações de risco a completar os estudos.**
- **Desenvolver programas que ajudem jovens pais e mães em situações de risco a criarem seus filhos.**
- **Instituir tribunais municipais, por exemplo, tribunais de trânsito.**
- **Instituir programas de serviços comunitários como pena alternativa para infratores de baixa periculosidade e primários.**
- **Controlar a venda de álcool e drogas para crianças e jovens ou durante certos horários.**
- **Controlar e regulamentar a indústria do sexo.**
- **Desenvolver programas para reduzir a propriedade de armas e seu comércio ilegal.**



É importante combater o crime por toda uma área metropolitana.

mais desafiadores porque será preciso desenvolver estratégias amplas que envolvam vários atores, abordagens e especialidades.

Onde deve ficar o gabinete local de prevenção do crime?

Governos locais variam. Alguns correspondem a uma cidadezinha, outros representam áreas metropolitanas grandes com vários municípios. Estruturas e funções departamentais diferem muito.

Não existe uma receita pronta para a localização deste setor dentro de um governo. É preciso encontrar soluções que melhor se adaptem à prefeitura e às prioridades que ela tem. O mais importante é que haja uma figura local de alto calibre - o(a) prefeito(a), por exemplo - que seja o 'padrinho' ou a 'madrinha' do programa de prevenção do crime e da violência. Isto garantirá que o programa não sofrerá obstáculos burocráticos ou ser objeto de brigas por 'espaço'.

A prevenção do crime poderia ser localizada em uma das seguintes funções: linear, apoio ou estratégica. A tabela acima

mostra os pontos fortes e fracos de cada opção.

Elementos de cada modelo podem ser usados ao decidir-se onde situar o gabinete de prevenção do crime. Por exemplo, ele poderia estar ligado à função estratégica de alto nível e à função linear 'segurança'. Se a prevenção do crime e da violência for uma prioridade estratégica do governo local, pode-se desenvolver um sistema que dê maior prioridade àqueles componentes de um orçamento departamental que atinjam objetivos de prevenção do crime e da violência.

A prevenção do crime e da violência é uma tarefa metropolitana ou municipal?

É importante combater o crime por toda uma área metropolitana. Isto quer dizer que a coordenação fica melhor situada no âmbito metropolitano. Onde uma área metropolitana engloba mais de um município, os municípios ainda assim podem ter programas e oferecer infra-estrutura e recursos para a estratégia mais ampla de prevenção do crime e da violência.

Estratégia de opções de onde localizar

Localização	Função linear (Segurança pública, serviços de proteção, segurança comunitária, polícia metropolitana)	Função de apoio (Planejamento, unidades de estratégia urbana)	Função estratégica (Gabinete do prefeito, gerente geral ou executivo-chefe municipal)
Fator	Pontos fortes + Pontos fracos -	Pontos fortes + Pontos fracos -	Pontos fortes + Pontos fracos
Até que ponto governos locais podem implementar uma gama completa de atividades de prevenção do crime e da violência.	<ul style="list-style-type: none"> + Vínculos com uma função linear de segurança são bons para o policiamento municipal/comunitário e para o cumprimento da lei + Redes de contatos de funcionários com estruturas policiais serão bem desenvolvidas. - Outras atividades poderão ser marginalizadas. - Se os funcionários deste departamento têm uma abordagem tradicional, muita reorientação será necessária para ampliar sua visão sobre prevenção do crime e da violência. - Sucesso depende mais do compromisso da chefia do departamento com questões além do policiamento. - Se tal compromisso existir, o(a) chefe do departamento precisará ter uma influência considerável para fomentar o trabalho de prevenção em outros departamentos. 	<ul style="list-style-type: none"> + Pode ser útil, já que este é o nível onde geralmente são construídos processos tais como Planos Integrados de Desenvolvimento, planejamento espacial, planos de desenvolvimento econômico e consultas à comunidade. + Útil para influenciar e assistir diferentes departamentos no desenvolvimento de sua capacidade de prevenção do crime da violência. + Funcionários provavelmente têm redes de contatos melhores e mais experiência de trabalho com parceiros não-policiais do que funcionários de departamentos ligados à segurança. + Coordenação externa pode ser mais fácil. 	<ul style="list-style-type: none"> - + Eleva a importância da prevenção do crime e da violência e oferece um alto nível de liderança. + Mais fácil de dirigir uma gama de departamentos diferentes. + Bom para projetos que rompem barreiras funcionais tradicionais no âmbito do policiamento e outras funções governamentais. + Melhor para interagir e negociar com parceiros externos. - Concorrência com outras prioridades estratégicas tais como desenvolvimento sustentável, combate à pobreza, desenvolvimento econômico local etc. - A câmara municipal pode querer minimizar atividades coordenadas em nível estratégico (antagônica ao gabinete do prefeito).
Capacidade para conseguir recursos e manter atividades	<ul style="list-style-type: none"> + Acesso direto ao orçamento municipal e um ponto de entrada para fazer lobby por mais recursos no futuro. + Maior sustentabilidade, já que conseguir recursos depende menos de mudanças no compromisso político e estratégico de redução do crime e da violência. 	<ul style="list-style-type: none"> + Mais fácil financiar processos tais como a elaboração de planos de desenvolvimento. - Não se pode garantir que outros departamentos alocarão recursos dentro de seus orçamentos lineares para a prevenção do crime e da violência. 	<ul style="list-style-type: none"> + Pode desenvolver orçamentos departamentais lineares separados por decreto. + Pode criar orçamentos adicionais discricionários para o trabalho de prevenção do crime. - Sustentabilidade fica mais dependente do ciclo eleitoral.

Financiando sua estratégia

Os recursos e o financiamento são cruciais para o sucesso da estratégia. Desde o começo do programa, é essencial considerar como serão angariados os recursos e quais itens devem ser orçados. Muitos projetos bons fracassam por causa de má administração. Um custo essencial é o do gerenciamento do projeto. Os custos da fase de planejamento também deverão ser considerados, assim como os de monitoramento e avaliação durante e após o projeto.

É provável que os seis itens seguintes requererão financiamento:

1. Coordenador(a) de prevenção do crime e da violência

Ter um(a) coordenador(a) dedicado(a) é uma questão crítica. Levará um certo tempo para seguir todos os passos deste manual. Será necessário pelo menos um(a) coordenador(a) e um(a) ou mais coordenadores(as) assistentes.

As tarefas principais do(a) coordenador(a) seriam:

- Formar parcerias;
- Interagir com os parceiros;
- Assistir as secretarias/departamentos do governo local e outros a:
 - elaborar a auditoria do crime e o processo de desenvolvimento da estratégia;
 - criar e desenvolver projetos e programas;
 - pilotar processos de planejamento funcional em diferentes setores;
 - oferecer aconselhamento sobre estratégias locais de redução do crime e da violência;
 - manter um sistema de relatórios;
 - formar e acompanhar os líderes de projetos.

O quê se deve buscar em um coordenador:

- Redes de contatos já estabelecidas;
- Conhecimentos sobre trabalho em parceria;
- Habilidades em gerenciamento de projetos;
- Conhecimentos sobre governo local;
- Conhecimentos sobre prevenção do crime e da violência;
- Habilidades políticas.

2. Apoio administrativo e secretarial

Isto será necessário, especialmente se o governo local for ativo na coordenação de uma parceria local de prevenção do crime.

3. Os custos do gerenciamento de projetos

É importante ter apoio no gerenciamento de projetos. Isto é particularmente necessário se estiverem sendo implementados programas que alcancem várias secretarias ou departamentos de um governo local.

É improvável que o(a) coordenador(a) será capaz de gerir projetos e desempenhar todas as suas outras funções. Pode-se terceirizar a gerência de projetos específicos. Isto significa que o gerenciamento de projetos não precisa ser um custo fixo, podendo variar de acordo com cada projeto.

4. Os custos de se conduzir as análises

O capítulo 7 traz detalhes sobre como e por quê é preciso conduzir uma auditoria do crime e análises sócio-econômicas e físicas da área de um governo local. Para tal, recursos serão necessários.

5. Implementando os projetos de prevenção do crime e da violência

Algumas atividades de prevenção do crime e da violência podem ser financiadas por orçamentos já existentes nas secretarias ou



É improvável que o(a) coordenador(a) será capaz de gerir projetos e desempenhar todas as suas outras funções.

departamentos do governo local. Recursos adicionais serão necessários para projetos que não se encaixem nas funções das secretarias ou departamentos. O equilíbrio entre programas que poderão ser financiados por orçamentos já existentes e aqueles que precisarão de recursos adicionais dependerá dos resultados do processo de desenvolvimento da estratégia. (Ver capítulo 8.) Durante este processo os parceiros decidirão o quê precisa ser feito.

6. Assistência ao monitoramento e à avaliação da estratégia

É essencial que o financiamento desta etapa do projeto seja considerado no

começo e, portanto, que este item seja incluído quando as necessidades orçamentárias forem formuladas. O capítulo 10 traz mais informações a respeito.

Possíveis fontes de financiamento

Atividades de prevenção do crime que se sobreponham a funções já desempenhadas pelo governo local podem ser financiadas por este. Aquelas que dependerem de parceiros externos terão que receber assistência financeira de fora do setor público. Esta captação de recursos pode ser uma atividade contínua e ocupar boa parte do tempo de um(a) profissional do ramo, ou tornar-se parte do trabalho do(a) coorde-

Vantagens de diferentes opções de financiamento			
Itens a serem financiados	Governo Local	Financiamento externo	Apoio em espécie
Coordenador (a) do projeto	Opção preferida: este cargo deve ser criado pelo governo local.	Empresas locais, governo estadual/provincial ou nacional, ou agência doadora.	Lotação em período fixo do setor empresarial local.
Análise do crime na área	Opção preferida: O governo local pode demonstrar seu compromisso investindo na pesquisa inicial. Dotações orçamentárias existentes poderiam ser a fonte.	Empresas locais, governo estadual/provincial ou nacional, ou agência doadora.	
Projetos	Alguns projetos podem exigir um redirecionamento de orçamentos e dotações existentes por parte do governo local. É possível que certos projetos não tenham custos adicionais.	Alguns projetos de prevenção do crime e da violência podem requerer fundos adicionais de fontes externas.	Algumas atividades poderiam ser desempenhadas por membros da comunidade e classificadas como apoio 'em espécie' de empresas locais.
Monitoramento e avaliação	Opção preferida: Demonstra compromisso da entidade impulsora (o governo local). Este compromisso pode gerar recursos adicionais (para projetos) de fontes externas. O monitoramento deve ser encarado como uma função gerencial.	Este item pode ser encarado como uma fase separada, mas uma proposta terá que ser desenvolvida na fase de planejamento da estratégia.	Empresas locais poderão assistir com o desenvolvimento de um sistema de monitoramento.

nador(a)/gerente do projeto. A tabela abaixo mostra as vantagens de diferentes opções de financiamento.

A experiência mostra que angariar fundos de empresas locais é demorado mas funciona—especialmente se for para um projeto específico. Por exemplo, empresas farmacêuticas podem ser abordadas para financiar projetos contra a violência contra

as mulheres. Da mesma maneira, doadores numa área geográfica específica podem ser abordados—por exemplo, uma empresa petrolífera ou de mineração com atividades na região. Empresas locais talvez se interessem mais se uma doação acarretar vantagens—por exemplo, patrocínio de campos esportivos em bairros pobres ou publicidade em troca de apoio a um centro de apoio a vítimas da criminalidade.

Exemplo: Centro de Atendimento e Prevenção da Violência Intra-familiar, Santiago, Chile

O primeiro centro municipal do Chile para mulheres vítimas de violência doméstica. É um braço do SERNAM (Serviço Nacional da Mulher), um serviço do governo criado em 1991. O centro desenvolveu uma série de intervenções por meio de serviços terapêuticos, legais e sociais, focando em mulheres com experiências de violência doméstica. Desde 1993, o centro também trabalha com agressores homens.

Objetivos: Promover atividades preventivas contra a violência intra-familiar na comunidade por meio da disseminação de informações, da sensibilização da população quanto à questão e da criação de redes de apoio.

Atividades e sucessos:

- Lançamento de informações e de campanhas de sensibilização sobre a violência intra-familiar.
- Fornecimento de assistência e apoio a outras instituições e organizações que trabalham na questão da violência intra-familiar.
- Treinamento de assistentes e agentes sociais em prevenção de e atendimento a vítimas de violência intra-familiar.
- Prestação de assistência integral e inter-disciplinar (psicológica, legal, social) a mulheres vítimas de violência doméstica, assim como programas para homens violentos.

Resultados, Impactos:

- O centro já ajudou 7,400 mulheres, homens e crianças, e recebe aproximadamente 650 casos novos a cada ano.
- O programa para agressores homens representa 25 % do total de casos.
- Mulheres e crianças representam quase 75 % do total de casos.

Interessantemente, o centro relata que seus programas para agressores homens recebe mais atenção do que aqueles voltados às mulheres e crianças.

FONTE: Boletín de la Red de Alcaldes Contra la Violencia – Programa de Prevención de la Violencia, Banco Interamericano de Desarrollo – División de Desarrollo Social, Número 2, abril de 2000.

4. Parcerias: A chave para se estruturar a prevenção do crime e da violência

O crime e a violência são produtos de vários fatores diferentes. Todas as organizações que possam influenciar estes fatores devem participar de projetos para tornar a comunidade segura. Devido ao fato de que estas organizações têm perspectivas e habilidades diferentes, suas atividades de prevenção do crime e da violência precisam ser formalizadas e coordenadas. As parcerias são a chave para que tais abordagens funcionem.



O crime e a violência são produtos de vários fatores diferentes.

O quê é uma parceria?

A natureza das parcerias e seu papel de evitar a criminalidade são freqüentemente mal compreendidos. Antes de montar uma, é preciso ter clareza a respeito do que a palavra quer dizer. Parcerias são uma maneira de usar os recursos e habilidades de uma comunidade de tal maneira que todos os parceiros se beneficiem e o crime e a violência sejam reduzidos.

Parcerias contra o crime e a violência aproveitam os benefícios que diferentes atores trazem para o trabalho de prevenção. Isto é feito de tal maneira que todos recebam apoio. Levando-se em consideração tanto os pontos fortes quanto os pontos fracos dos setores público, privado e não-governamental, pode-se desenvolver seus pontos fortes para ajudar a evitar a criminalidade e a violência. Ao mesmo tempo, sua ineficiência potencial, causada por fraquezas, pode ser minimizada.³

Parcerias não são um atalho para o envolvimento da comunidade. Muito esforço, ainda assim, precisará ser investido em:

- Conseguir a participação de todos os grupos relevantes;
- Consultas à comunidade;
- Criar estruturas nas quais a população

local poderá se engajar;

- Equilibrar os interesses conflitantes de grupos poderosos;
- Dar respostas a grupos que se sintam excluídos.

O desafio-chave para as parcerias de prevenção do crime e da violência

Compare uma parceria de prevenção do crime e da violência com uma no campo da habitação. A habitação é uma incumbência central de várias camadas de governo, inclusive do governo local. E também é uma questão setorial vital para a iniciativa privada. Mas no caso da segurança, na maior parte das localidades apenas a polícia a tem como função principal. Isto significa que a criminalidade e a violência geralmente são preocupações periféricas para todas as outras esferas e centrais para nenhuma, fora a polícia.

Quem deve criar as parcerias?

Nenhum órgão é especificamente responsável pela criação de parcerias contra a criminalidade e a responsabilidade é compartilhada. O órgão líder pode ser o governo local como um todo, o gabinete do(a) prefeito(a), a câmara municipal, a polícia ou organizações comunitárias.

Dois princípios devem guiar o processo:

- A demanda é uma questão-chave: se outros níveis de governo demorarem para aceitar o desafio e o governo local estiver conduzindo ativamente um processo de prevenção do crime e da violência, então o próprio governo local deverá coordenar a parceria. Comunidades, empresas e governos locais mundo afora já iniciaram parcerias.

- Uma parceria bem concebida é mais importante do que quem a inicia.

Quem devem ser os parceiros?

Qualquer parceria tem integrantes vitais. Se quaisquer destes estiver faltando, estará também faltando uma parte crucial das informações, recursos e ações de prevenção do crime e da violência. São eles:

- Os serviços policiais (em muitos países há vários, que precisam cooperar para serem parceiros eficazes);
- Secretarias/departamentos municipais, estaduais ou provinciais de segurança;
- Órgãos do governo central, particularmente o Ministério da Justiça e o órgão responsável pelo sistema prisional (mas também considerar: Bem-estar Social, Saúde e Educação);
- Polícia local/comunitária;
- Sociedade civil;
- Empresariado.

Não se deve deixar de envolver pessoas da área sem vínculo com o governo. A comunidade deve ser integrante da parceria para que aqueles mais afetados pela criminalidade façam contato uns com os outros e troquem idéias com quem estiver gerenciando o projeto.

Representatividade

Uma questão mais difícil é quem deve representar estes atores. Deve-se envolver grupos de mulheres e de igrejas? Caso sim, quais? Será necessário receber assistência da polícia em nível

nacional/provincial/estadual/municipal/distrital? De quais unidades destes serviços? A representação pode se tornar uma questão delicada. Eis aqui algumas sugestões:

- Deixar bem claro de início que nem todas as partes interessadas podem ser acomodadas.
- Não gerar expectativas de que a parceria será o veículo para participação.
- Começar a parceria com os membros mais importantes e comprometidos.
- Considerar a criação de uma estrutura com dois níveis que inclua membros gerais e executivos.
- Selecionar membros com base em sua influência, liderança e elos com as partes interessadas que não são parceiras.
- Selecionar parceiros de acordo com o nível no qual a parceria opera.

Qual é o papel de uma parceria?

Dentro de uma parceria deve haver concordância sobre seu papel e responsabilidades. Estes podem evoluir com o tempo à medida que as relações de trabalho se desenvolvam e a cooperação se torne mais fácil. Parcerias podem ser construídas em torno de problemas específicos ligados à criminalidade, assim como de soluções específicas. Elas também podem se organizar em torno de certas questões.

O quê uma parceria PRECISA e PODE fazer:

- Compartilhar informações sobre o crime e a violência e como reduzi-los.



Compartilhar informações sobre o crime e a violência e como reduzi-los.

Exemplo de parceria: DESEPAZ Cali

No caso do DESEPAZ de Cali, Colômbia, um grupo de trabalho permanente, o Conselho Municipal de Segurança Pública era composto do prefeito, de representantes da Polícia Metropolitana, da Procuradoria Distrital, do Instituto de Medicina Forense, do governo municipal e dos departamentos municipais de trânsito e saúde pública.

³ CSIR/ISS; UN-Habitat Safer Cities.



Compare uma parceria de prevenção do crime e da violência com uma no campo da habitação.

Isto significa identificar 'vazios' de informação e fazer lobby para que haja pesquisa para preenchê-los.

- Coordenar atividades de prevenção do crime e da violência.
- Influenciar outras instituições para que se envolvam na prevenção do crime e da violência. Isto pode incluir pressão sobre instituições que não estejam realizando seu potencial de redução do crime.

É essencial:

- Definição conjunta de prioridades.
- Planejamento e ações conjuntas. Sem concordância a respeito de prioridades conjuntas, os parceiros podem até tocar projetos juntos, mas de maneira não-sistemática.
- Financiamento conjunto. Cada organização da parceria pode financiar suas próprias atividades ou recursos podem ser angariados conjuntamente para projetos em que houver colaboração.

Como gerenciar a parceria?

Para funcionar com eficácia, deve haver concordância no interior de uma parceria sobre:

- Como definir prioridades conjuntas;
- O quê fazer para implementá-las;
- Quem faz o quê e dentro de qual prazo;
- Como a coordenação será gerenciada.

Quem dá a liderança e a coordenação?

A questão de quem lidera a parceria pode ser controversa. Se isto for um problema,

pode ser útil haver um rodízio de moderador(a) e da responsabilidade de organizar reuniões. A liderança da parceria deve ter:

- Uma boa compreensão e visão da prevenção de crime e violência;
- A capacidade de arbitrar e estimular a concordância e o consenso;
- Habilidades políticas;
- Acesso a tomadores de decisão e a recursos.

Se houver recursos para tal, um pequeno secretariado pode administrar os assuntos da parceria. Por exemplo, um departamento já existente do governo local pode prestar este serviço. Pode ser útil empregar um(a) coordenador(a) para administrar os assuntos da parceria e cumprir suas responsabilidades entre reuniões.

Em que nível deve funcionar uma parceria?

Não regras estanques a respeito disto. O nível da parceria deve ser determinado pelo tipo de crime/violência. Entretanto, não é apenas o tipo de crime/violência ou a área que determina o tipo de parceria. Há também benefícios na organização de parcerias em torno de questões como a violência contra a mulher. Os principais níveis são:

- (nacional)/estadual/provincial
- metropolitano
- municipal
- bairro

A importância de um(a) líder forte

A experiência de muitos países mostra que é preciso haver compromisso e liderança reais da parte de alguém de alto nível que se responsabilize por pôr as questões do crime e da violência na pauta política. Muitas vezes esta figura tem sido o(a) prefeito(a), Executivo Chefe ou outra pessoa-chave do governo local. (ICPC, 2000.)

Benefícios e limitações de diferentes tipos de parcerias

Parcerias de bairro	
Pontos fortes	<p>Mais sensíveis às necessidades locais</p> <p>Envolvem parceiros que de outra forma estariam excluídos</p> <p>Maximizam a participação</p> <p>Freqüentemente correspondem a um distrito policial</p> <p>Podem ajudar na implementação de projetos</p>
Pontos fracos	<p>Pouco acesso ao governo local e estadual/provincial</p> <p>Poder e acesso a recursos limitados</p> <p>Requerem esforço a mais para conseguir apoio de tomadores de decisão</p> <p>Poucos funcionários dedicados em tempo integral</p> <p>Difícil influenciar os diferentes serviços policiais estaduais/nacionais</p>

Parcerias municipais ou metropolitanas	
Pontos fortes	<p>Prevenção do crime pode estar aliada com o planejamento e a prestação de serviços do governo local</p> <p>Podem organizar projetos em nível local</p> <p>Têm informações sobre necessidades locais, via representantes eleitos</p> <p>Têm acesso a processos políticos locais</p> <p>Têm acesso a tomadores de decisão</p> <p>Podem alinhar projetos com um número administrável de distritos policiais</p>
Pontos fracos	<p>Laços com secretarias ou departamentos estaduais ou provinciais e com tomadores de decisão podem ser fracos</p> <p>Capacidade de pôr questões na pauta dos serviços policiais pode ser limitada</p> <p>Acesso ao processo político estadual/provincial é menos fácil</p>

Parcerias estaduais/provinciais	
Pontos fortes	<p>Têm acesso a departamentos ou secretarias provinciais/estaduais</p> <p>Têm acesso à estrutura policial provincial/estadual</p>
Pontos fracos	<p>Acesso limitado a processos políticos locais</p> <p>Acesso limitado à prestação de serviços do governo local</p> <p>Seleção de projetos pode não refletir as prioridades da comunidade local afetada</p>

Estrutura das parcerias

Parcerias podem funcionar formal ou informalmente. A experiência mostra que as duas formas podem ser exitosas mas que estruturas formais são mais sustentáveis. Parcerias podem se formalizar com o tempo à medida que os papéis e as responsabilidades se tornem mais claras.

Parcerias informais

Estas são redes não muito coesas de partes interessadas e afetadas e organizações que se reúnem periodicamente e, freqüentemente, com prazo de convocação curto. Elas podem responder facilmente a mudanças e demandas. Elas também diminuem tensões entre parceiros sobre liderança e funções. Por outro lado, elas dependem de indivíduos para funcionar e podem sofrer se as pessoas se afastarem.

Parcerias formais estruturadas

Estas podem incluir:

- um grupo designado de prevenção do crime (que poderia ser criado por uma resolução do governo local);
- indivíduos que formalmente representem um órgão ou grupo.

A quem os parceiros prestam contas?

Os parceiros devem prestar contas uns aos outros e ao processo político democrático. Secretarias/departamentos de governo, a polícia e o governo local todos prestam contas a estruturas políticas.

As parcerias precisam interagir com e consultar as estruturas políticas para se assegurarem de que há consenso quanto às decisões tomadas. Surgirão ocasiões em que uma parceria discorda de uma estrutura ou posição política. Em tais casos, a parceria poderia fazer um lobby ativo da estrutura política em questão.

Exemplo: Viva Rio, uma parceria não-governamental, Rio de Janeiro, Brasil. Em 1993, em meio a tensões políticas e a uma crise econômica e social, a população do Rio de Janeiro ficou profundamente abalada com uma série de seqüestros, o assassinato de oito crianças moradoras de rua em frente à Igreja da Candelária e de 21 moradores da favela de Vigário Geral. Em resposta a estes acontecimentos, a população da cidade organizou uma passeata pela paz. Em 17 de dezembro de 1993, milhares de pessoas vestidas de branco fizeram dois minutos de silêncio pela paz. No mesmo dia foi criado o Viva Rio, uma organização não-governamental sem fins lucrativos que almeja a construção de uma sociedade mais democrática e justa. O Viva Rio já organizou diversos projetos sociais e campanhas pela paz com amplo apoio da população carioca. Muitos projetos são voltados especificamente para os jovens, que são mais vulneráveis à violência e aos riscos sociais.

Hoje em dia, o Viva Rio trabalha em conjunto com entidades locais em cerca de 350 favelas e outras comunidades de baixa renda para superar a violência e a exclusão social. O trabalho do Viva Rio é guiado por um conselho consultivo com 32 integrantes que reúne lideranças de várias origens, entre elas do empresariado, do movimento sindical, artistas, lideranças comunitárias de favelas, profissionais influentes da imprensa, padres e pastores. Devido ao compromisso do Viva Rio com o não-partidarismo, nenhum membro do conselho pode ter cargo governamental. Todas as decisões do conselho são tomadas por consenso, e os membros buscam um denominador comum apesar de terem origens e opiniões diferentes. Apesar disto, o Viva Rio há muito trabalha em parceria com diversas instituições governamentais. Um exemplo é o Programa de Capacitação em Policiamento Comunitário com a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Fonte: www.vivario.org.br

5. Comunicação e Participação Comunitária

A comunicação e a participação comunitária são elementos essenciais do desenvolvimento, planejamento, implementação e monitoramento exitosos de uma estratégia de prevenção do crime e da violência.

Comunicação

Um programa de comunicação eficaz é essencial para o êxito da estratégia de prevenção. Ele divulga e promove os objetivos da estratégia e serve de canal de informação para a população sobre os sucessos dos diferentes projetos. Isto, por sua vez, encoraja uma maior participação da comunidade.

É fundamental que todas as partes interessadas/afetadas sejam mantidas informadas dos progressos. O fluxo de informações 'em mão-dupla' deve ser permanente. Isto pode ser feito por intermédio de reuniões, dos meios de comunicação (inclusive rádios comunitárias), publicações etc.

Uma estratégia de comunicação que lide com todos os aspectos da comunicação, incluindo os meios de comunicação, reuniões públicas, eventos, pôsteres, panfletos etc, deve ser desenvolvida desde o começo. Profissionais de comunicação devem fazer parte da equipe ou ser consultados ocasionalmente quando se começar a pensar a respeito da estratégia de prevenção do crime e da violência. Isto terá reflexos em termos de tempo e custo, que deverão ser considerados quando se fizer o orçamento.

Participação comunitária

Envolver a comunidade em todos os aspectos do desenvolvimento e da implementação da estratégia é vital. A participação comunitária não é simplesmente um dos

passos do processo, que tem de ser dado antes de se poder dar o próximo. É parte integrante de todo o processo e deve governar todos os seus aspectos, do princípio à implementação e ao monitoramento dos projetos que juntos compõe sua estratégia.

Não se deve confundir participação comunitária com consulta. A participação real é o envolvimento ativo das pessoas na tomada de decisão quanto ao planejamento e à implementação dos processos, programas e projetos que as afetam.

A participação comunitária costuma ser vista como um 'mal necessário' que toma muito tempo e consiste da consulta de todas as partes interessadas para que todas sejam mantidas contentes. Se for esta a atitude, certamente será um desperdício de tempo e dinheiro. A participação comunitária envolve muito mais do que consulta. Nela está implícito o envolvimento ativo dos reais beneficiários como parceiros, e não apenas suas opiniões sobre a estratégia.

Quando a participação comunitária garante que as pessoas são parceiras ativas e em pé de igualdade no processo de tomada de decisão, elas têm uma compreensão melhor das questões e das dificuldades associadas à sua carência ou ao seu problema em particular. Elas também compartilharão a responsabilidade de desenvolver soluções práticas para as questões levantadas.

A participação comunitária é uma ferramenta importante e valiosa que ajuda no processo de mudança das percepções, dando poder às pessoas e desenvolvendo uma compreensão comum.

É importante que todas as partes interessadas sejam convidadas a participar no processo, especialmente aquelas direta-



Um programa de comunicação eficaz é essencial para o êxito da estratégia de prevenção.



É importante que todas as partes interessadas sejam convidadas a participar no processo.

mente afetadas. Isto poderia incluir ONGs, igrejas, escolas, empresas, sindicatos, organizações cívicas, grupos esportivos, a polícia comunitária, entidades comunitárias, associações de moradores, associações do comércio informal etc. O(A) vereador(a) da localidade deve sempre ser incluído(a) no processo mas não se deve esperar que ele(a) aja como único(a) representante dos diferentes grupos de sua área.

A participação comunitária é um conceito complexo. A intenção deste guia não é descrever em detalhes todos os aspectos da participação comunitária já que tem como objetivo examinar o processo de prevenção do crime e da violência. No entanto, é extremamente importante que se tenha clareza sobre o quê a participação comunitária implica e como ela pode ser utilizada com eficácia para o benefício de

todos os envolvidos. Há numerosas publicações a respeito e sugere-se estas sejam consultadas, assim como um(a) especialista em participação comunitária. Para obter mais informações a respeito de ferramentas e metodologias para avaliações e consultas comunitárias ver por exemplo: www.worldbank.org LAC Region: Civil Society homepage. Há um guia metodológico em espanhol incluído no site.

Os benefícios de se investir tempo e dinheiro em processos participativos não devem ser sub-estimados. Tais processos podem significar a diferença entre o sucesso e o fracasso. Vale a pena obter a assistência de especialistas em participação para garantir que o processo corra bem. Lembre-se de levar em consideração o tempo e os custos disto durante as fases de planejamento e orçamento.

Exemplo: Comitês de Bairro Pela Coexistência, Medellín, Colômbia.

Contexto: Como muitas cidades colombianas, Medellín sofre de altas taxas de violência na comunidade, particularmente entre homens de 18 a 25 anos. Em Medellín, como na Colômbia como um todo, a violência há 15 anos é a principal causa de morte. Cerca de 200 grupos armados já foram identificados, grupos que em sua maioria visam a delinquência. Milícias armadas, embora incluídas neste número, são uma parcela pequena.

Objetivos: Para enfrentar o problema a cidade propôs uma estratégia dupla. Em nível mais amplo, mobilização da comunidade para planejar, coordenar, gerenciar e acompanhar um processo de promoção da paz através da criação dos Comitês de Bairro pela Coexistência (CBCs). E num nível mais estreito, uma atenção direta à incidência de violência e àqueles afetados por ela geraria esforços educacionais, serviços de resposta e políticas claras para a reabilitação dos transgressores (tudo em nível municipal). Entre os obstáculos a uma ação eficaz na comunidade, havia: a falta de liderança; a influência negativa sobre os jovens do conflito armado; a falta de uma formação integrada e qualificada das instituições estatais (entre outras); organização e participação fracas ou incipientes por parte dos membros da comunidade; e a facilidade com que se pode adquirir armas e drogas. Fatores que influenciam o nível de violência e que também precisaram ser enfrentados incluem o alcoolismo, a prostituição e maternidade/paternidade solteira sem apoio.

Atividades e êxitos: O projeto é parte integrante de diversas estruturas trans-setoriais: Formação Humana, os CBCs, a rede de CBCs, o Centro pela Mediação e Resolução de Conflitos e um programa de apoio a pequenas unidades produtivas.

- A formação humana é composta por mais de 300 pessoas de 40 bairros incluindo promotores(as) sociais e inspetores(as) (ver abaixo) com o propósito de formar lideranças para serem a vanguarda dos esforços em cada bairro. Isto é feito por meio de oficinas de capacitação, conferências e palestras.
- A estrutura dos CBCs consiste de um(a) líder comunitário(a), um(a) inspetor(a) (que faz a ligação entre a comunidade e órgãos do governo), um(a) promotor(a) social (que faz a ligação entre os projetos municipais e a comunidade), um padre (que dá apoio espiritual e moral) e ONGs da comunidade com um histórico de trabalho em desenvolvimento comunitário. Os objetivos principais são:
 - A criação coletiva de dois manuais para a ação: um para combater a violência doméstica e o outro para melhorar as relações comunitárias. A intenção é que estes sirvam de parâmetro para o CBC analisar casos de conflito e intervir.
 - A promoção de eventos culturais e esportivos como fóruns para encorajar a coexistência e desarmar a juventude.
 - A criação Zonas de Coexistência Comunitária para promover relações saudáveis entre membros da comunidade.
 - A sensibilização e motivação da comunidade para participar do processo.
 - Promover valores saudáveis entre as crianças e dialogar com e sensibilizar os atores violentos para cessem as hostilidades e respeitem suas comunidades.
- A rede de CBCs, composta de um representante de cada CBC, facilita a troca de experiências e de outras informações, propõe o rumo que os CBCs devem tomar, sistematiza a tomada de decisões e coordena atividades entre as comunidades.
- O Centro pela Mediação e Resolução de Conflitos é encarregado do diálogo e da mediação com os grupos armados. Algumas das atividades-chave incluem o estabelecimento de contatos, entrosamento e reconciliação de campo, a criação de um manual de mediação e oficinas de estudo. O centro também é responsável por uma campanha de desarmamento e de alcance à juventude.
- O apoio a pequenas unidades produtivas pretende otimizar a alocação de recursos aos bairros e prover recursos àquelas comunidades empenhadas em atividades merecedoras de financiamento.



6. As quatro etapas de planejamento e implementação de uma estratégia de prevenção do crime

6. As quatro etapas de planejamento e implementação de uma estratégia de prevenção do crime

Programas de prevenção do crime exitosos são baseados em soluções simples dirigidas a alguns problemas. O planejamento é a chave. Deve-se abordar os problemas da comunidade sistematicamente: descobrir os problemas principais, desenvolver programas que respondam a necessidades específicas e avaliá-los para se assegurar de que estejam funcionando.

Etapas e passos da estratégia

ETAPA 1

Uma auditoria de segurança comunitária para identificar problemas e entender a comunidade

- Passo 1: Identificar os problemas da comunidade ligados ao crime e à violência por meio da coleta de informações (da polícia, de levantamentos e da comunidade).
- Passo 2: Identificar quem já está envolvido com atividades de prevenção do crime e da violência na comunidade.
- Passo 3: Analisar as características sociais e físicas da área.
- Passo 4: Decidir quais problemas são os mais importantes (problemas prioritários).
- Passo 5: Analisar estes problemas prioritários na comunidade.

Produto: Clareza a respeito dos problemas ligados ao crime e à violência e das organizações/pessoas já envolvidas com atividades de prevenção do crime e da violência na comunidade.

ETAPA 2

Desenvolvendo uma estratégia

- Passo 6: Selecionar e agrupar os problemas prioritários em áreas de foco.
- Passo 7: Identificar e abordar possíveis parceiros na região para ajudar a reduzir o crime e a violência.
- Passo 8: Identificar possíveis soluções.
- Passo 9: Selecionar os programas (soluções) mais adequados e refiná-los.
- Passo 10: Obter apoio para os programas selecionados.

Produto: Uma estratégia de prevenção do crime e da violência.

ETAPA 3

Gerenciando e implementando a estratégia

- Passo 11: Desenvolver planos para implementar as soluções com metas e objetivos.
- Passo 12: Assegurar recursos para um bom gerenciamento de projetos. Muitas boas idéias fracassam por falta de gerenciamento adequado.

Produto: A capacidade de implementar a estratégia.

ETAPA 4

Monitorando e avaliando a estratégia

- Passo 13: Certificar-se de que o monitoramento e a avaliação foram planejados e orçados.



Identificar os problemas da comunidade ligados ao crime e à violência por meio da coleta de informações (da polícia, de levantamentos e da comunidade).

Programa DESEPAZ, Desenvolvimento, Segurança e Paz, Cali, Colômbia.

Contexto: Entre 1983 e 1993, a taxa anual de homicídio em Cali aumentou 366%, de 23 para 90 por 100,000 habitantes. Homicídios e acidentes moto-veiculares foram as principais causas de óbitos na cidade. Além de um aumento significativo nas taxas de crime e violência, havia a percepção da população da violência e da insegurança como os problemas mais sérios da cidade, tão sérios que o candidato a prefeito Rodrigo Guerrero os colocou no âmago de sua campanha política. Ao ser eleito, o DESEPAZ (Desenvolvimento, Segurança e Paz) foi criado.

Objetivos:

- Fortalecer as instituições democráticas;
- Dar poder à comunidade;
- Avaliar e tratar de necessidades prioritárias;
- Promover a resolução pacífica de conflitos por meio de uma estratégia de comunicação.

Atividades e sucessos: 6 áreas estratégicas foram o foco do programa:

- Monitoramento. Uma série de estudos epidemiológicos e pesquisas de opinião foi conduzida para investigar e estudar a violência a fundo, assim facilitando a implementação de soluções estratégicas.
- Melhorias institucionais. A polícia foi melhorada por meio do provimento de educação secundária para todos os policiais e de reformas em todos os distritos. Os serviços jurídicos também foram melhorados com a criação de 10 Centros de Mediação, de 20 Escritórios de Auxílio Legal e de Centros de Acolhimento de Violência Familiar, desenvolvendo o conceito de casas de paz (que incluiriam todos estes serviços). O Judiciário local foi computadorizado.
- Melhorias Comunitárias. Diversos programas voltados à educação dos cidadãos para a paz foram criados: o Conselho Comunitário de Governo, em que se reúnem secretários(as) municipais, o prefeito e todos os representantes comunitários para discutir os problemas enfrentados pelas comunidades, planos de ação e o progresso de projetos anteriores; a campanha Crianças Amigas da Paz, na qual crianças trocam suas armas de brinquedo por passes para parques de diversões; campanhas publicitárias na TV ensinando a tolerância e a coexistência comunitária entre os cidadãos, amplamente aceitas e com repercussão positiva entre a população.
- Promoção da equidade. A cidade melhorou os programas educacionais, os serviços públicos e a habitação em zonas de risco.
- Programas para a juventude. A cidade implementou o programa PARCES: PARTICIPAÇÃO, CONVIVÊNCIA, EDUCAÇÃO, SUPERAÇÃO, que atraiu 1400 jovens e ofereceu-lhes orientação psicológica, atividades recreativas e apoio na busca de emprego. A prefeitura de Cali também criou as Casas da Juventude, que são áreas de recreação para jovens; os Jogos Olímpicos Inter-comunitários; e o programa "Geração de Entrada", uma organização de pequenos negócios para jovens.
- Políticas Especiais. A implementação da "lei semi-seca", que visa proibir a venda de álcool após a 1h da manhã nos dias de semana e as 2h nos fins de semana e feriados; a proibição do porte de armas em certos dias; e o programa de prevenção de acidentes de trânsito.

Resultados, impactos:

- Entre 1994 e 1998, o número anual de homicídios em Cali caiu por 600.
- O desemprego chegou a 7% em 1994 mas voltou a subir nos anos seguintes.
- Desde 1993, o DESEPAZ vem publicando dados semanalmente.

FONTES: R. Guerrero, Programa Desarrollo, Seguridad y Paz, DESEPAZ de la Ciudad de Cali, Programas Municipales para la prevención y atención de la violencia. Banco Interamericano de Desarrollo - Prefeitura do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 29-30 Julio 1999.

www.prevencionviolencia.org.co/quienes/quienes.html

R. Guerrero, A. Concha-Eastman, An Epidemiological approach for the prevention of urban violence: The case of Cali, Colombia, Journal of Health & Population in Developing Countries, Vol. 4, No.1, 2000;

<http://www.jhpdnc.unc.edu/Journal41/rgart.htm> programa voltado para o fortalecimento da auto-regulação de comportamentos coletivos e individuais por meio do alinhamento de tais comportamentos com a Lei.

- Passo 14: Certificar-se de que os projetos têm objetivos bem definidos.
- Passo 15: Identificar maneiras de avaliar o desempenho do projeto.
- Passo 16: Criar os moldes de uma avaliação e fazê-la.

Produto: Uma indicação do quê funciona, o quê não funciona e o quê poderia funcionar.



Os recursos sempre são limitados: uma auditoria ajuda a identificar os problemas mais sérios para que não se desperdice tempo, esforço e dinheiro.

7. Etapa 1: Uma Auditoria de Segurança Comunitária / Diagnóstico de Segurança

A primeira etapa de desenvolvimento da estratégia requer pesquisa. É uma área crucial ao longo da qual não se pode passar. O ideal é que a auditoria de segurança comunitária tenha cinco passos.

Por que é necessário conduzir uma auditoria de segurança comunitária?

Uma auditoria de segurança ajuda a focar a prevenção do crime e da violência onde ela é mais necessária. Há quatro razões pelas quais é necessário conduzir uma auditoria de segurança:

- Os recursos sempre são limitados: uma auditoria ajuda a identificar os problemas mais sérios para que não se desperdice tempo, esforço e dinheiro.
- Diferentes partes interessadas da comunidade quererão focar diferentes problemas: uma auditoria ajuda a resolver estes conflitos ao ofertar informações factuais sobre quais problemas são mais graves.
- Os esforços de diferentes organizações podem ser coordenados para evitar duplicações e fazer o melhor uso dos recursos disponíveis.
- A não ser que se saiba desde o começo quanto crime e violência têm

Há quatro fases nesta abordagem de resolução de problemas. Estas são mostradas como etapas no modelo de planejamento. É essencial ter cumprido as quatro etapas quando se partir para a formulação e implantação da estratégia de prevenção do crime e da violência. Abaixo discute-se mais detalhadamente cada etapa.

... sido praticados e qual é a natureza do problema, é impossível avaliar o impacto dos programas mais à frente.

Vale lembrar que a violência normalmente é o problema mais sério mas boa parte dela (tal como a violência doméstica, o estupro e o abuso de crianças e idosos) fica oculta.

Mesmo que os problemas da área pareçam óbvios, vale a pena descobrir o quanto for possível sobre seu volume e natureza. Não se deve esquecer de que as vozes mais altas da comunidade não são necessariamente as daqueles mais afetados pela violência e pelo crime. É preciso identificar corretamente quem corre os maiores riscos. Além disto, uma boa análise do problema será útil quando se estiver buscando os programas mais eficazes de prevenção do crime e da violência. Se se compreende quando, onde e como acontece um ato violento ou criminoso, fica mais fácil pensar maneiras de evitá-lo.

Quem pode ajudar a conduzir a auditoria?

Pode-se conseguir ajuda ou conselhos de:

- Polícia ou outros funcionários da área

- que ao longo do tempo coletaram e usaram estatísticas sobre o crime e a violência e que tenham familiaridade com os problemas locais.
- Grupos comunitários ou ONGs que se dediquem a questões ligadas ao crime e à violência.
 - Membros de uma instituição de ensino superior da localidade.
 - O governo nacional/estadual/provincial pode ter um órgão que possa dar ajuda ou conselhos.

Os sites abaixo oferecem vários recursos que podem ser úteis em diferentes etapas do desenvolvimento de uma estratégia:

<http://www.crime-prevention-intl.org>
<http://www.ncpc.org>
<http://www.who.org>
<http://www.iadb.org>
<http://www.unchs.org/safercities>
<http://www.cdc.gov/ncipchm>

Há também uma lista de recursos no final do guia.



Polícia ou outros funcionários da área que ao longo do tempo coletaram e usaram estatísticas sobre o crime e a violência e que tenham familiaridade com os problemas locais.

PASSO 1: Identificar os problemas da comunidade ligados ao crime e à violência por meio da coleta de informações

O quê é a comunidade?

Será necessário decidir quem será incluído no processo. O grupo escolhido poderá coincidir com limites geográficos, tais como uma região metropolitana, um município ou bairro.

Em alguns casos, pode-se estar preocupado somente com um problema em particular e, logo, incluir grupos interessados sem uma definição geográfica, tais como mulheres, jovens, idosos ou pequenos comerciantes.

Quais informações serão necessárias?

Para identificar problemas e decidir a quais dar prioridade é preciso ter certos tipos de informação local sobre o crime e a violência.

Informações detalhadas como perfis de vítimas e criminosos, como os crimes foram

cometidos e o envolvimento das drogas e do álcool se tornarão necessárias mais tarde quando problemas específicos tiverem sido selecionados. Não é necessário coletar todos estes detalhes sobre atos violentos e criminosos na área. Não obstante, é importante se ter um conhecimento sólido das informações disponíveis e do quê será necessário ao longo do processo de planejamento.

1. Informações sobre a natureza do crime

Diversidade de tipos de crime: Serão necessárias fontes que informem sobre todas as categorias de crime e violência.

Onde o crime e a violência ocorrem: Padrões de crime e violência frequentemente estão ligados a certos lugares, portanto, os dados devem ser tão específicos quanto possível com relação a isto.

Informações sobre a vítima: Fatores como

raça, idade, sexo, ocupação, tipo e localização do domicílio ou negócio, tipo de artigo roubado etc.

Informações sobre o transgressor: Fatores como idade, raça, sexo, distâncias percorridas para cometer o ato violento/criminoso, histórico criminal e provável motivação. Estas informações são difíceis de encontrar porque muitos transgressores não são pegos. É possível, no entanto, fazer aproximações bem informadas.

Detalhes de como crimes são cometidos: Esta informação é muito útil para se tentar evitar crimes. Se a análise indicar que a maior parte dos homicídios de um bairro é cometida por homens jovens e suas vítimas são pessoas conhecidas deles, a solução será uma. A solução será bem diferente se a análise indicar que a maior parte dos homicídios ocorre durante seqüestros-relâmpago cometidos por grupos criminosos organizados.

Envolvimento de drogas e álcool: Muitos crimes de rua, assim como crimes violentos como agressão, estupro e abuso de cri-

anças envolvem drogas ou álcool. Crimes são cometidos para se obter drogas, ou quando o criminoso, a vítima ou ambos estão sob a influência de drogas. Na América Latina, muitos crimes violentos estão ligados a um alto consumo de álcool.

2. Informações sobre quanto crime é cometido

Quando ocorre o crime: É preciso ter informações sobre quanto crime ocorre num período dado tal como um ano, mês, estação do ano, dia e até horário. Isto ajuda a calcular se a incidência de certos tipos de crime está aumentando ou diminuindo. É sempre melhor trabalhar com dados de períodos longos: vários anos, meses, dias etc. Estes dados também ajudam a explicar os níveis de crime e violência, já que estes frequentemente aumentam em certos dias da semana, após eventos esportivos e durante períodos festivos tais como dezembro.

Taxas de criminalidade: Taxas são mais precisas do que números se está-se comparando áreas



Envolvimento de drogas e álcool: Muitos crimes de rua, assim como crimes violentos como agressão, estupro e abuso de crianças envolvem drogas ou álcool.

Exemplo: 'Leis-secas' na América Latina

O programa DESEPAZ de Cali, Colômbia, mostrou que 56% de todos os homicídios ocorriam entre sexta-feira e domingo, e destes, um quarto ocorria aos domingos. Além disto, havia um aumento desproporcional em feriados e dias especiais tais como Natal, Ano Novo, dias de eventos esportivos etc. Com base no descrito, foi considerado que a restrição da venda de bebidas alcoólicas em lugares públicos seria uma medida eficaz para se reduzir o crime, a violência e acidentes. As leis 'semi-secas' de Cali e a lei 'cenoura' de Bogotá, Colômbia, estabeleceram 'toques de recolher' para a venda de álcool (entre 1h e 2h da manhã), o que fez uma diferença significativa na redução da violência nestas cidades (Guerrero, 1999). Recentemente, outras cidades da América Latina começaram a fazer experiências com 'leis secas' para evitar a violência, por exemplo, Diadema, Estado de São Paulo, Brasil.

Exemplo

O homicídio pode ocorrer menos frequentemente do que o roubo de carros, mas tem um impacto bem mais severo. Medidas de impacto incluem o número de ferimentos, perda financeira, a capacidade de resposta das vítimas (têm seguro?) e quão bem o sistema de justiça responde. Por exemplo, o roubo de lojas costuma ter uma taxa de condenação muito mais alta do que o assassinato.

Impacto do crime: Esta informação é útil, especialmente se muitos tipos de crime têm alta incidência na comunidade e não está claro por onde começar. Vale lembrar que os crimes com o maior impacto não são necessariamente aqueles que mais ocorrem.

Fontes de informação

Há muitas fontes de informação sobre o crime e a violência. As duas principais são a polícia e a comunidade. A chave é ser criativo e conversar com pessoas afetadas pelo crime e pela violência. A tabela abaixo demonstra que há muitas fontes em potencial na comunidade. Os pontos negativos e positivos são apontados, além de uma indicação do tipo de informação que cada fonte pode dar.

1. Estatísticas Policiais

A polícia pode ser uma boa fonte de informações sobre o crime, apesar do ceticismo de muitos quanto à precisão dos números policiais. Há muitas razões pelas quais os registros policiais devem ser usados, apesar das limitações deste tipo de fonte. Os registros policiais são úteis porque:

- Registram todos os crimes relatados à polícia;
- Registram os crimes em toda a área e não apenas em algumas partes dela;
- São uma boa fonte de informação ao longo do tempo - é necessário que se tenha uma fonte consistente com a qual avaliar o impacto da estratégia depois de um ou dois anos.

Os registros policiais são limitados porque:

- Só o que é relatado fica registrado. Estatísticas sobre a violência sexual, os pequenos crimes como assaltos, os crimes contra as crianças, as fraudes, a corrupção e crimes ligados às drogas são menos precisas.
- Estatísticas em nível de bairro ou rua nem sempre são precisas ou fáceis de conseguir;
- Detalhes sobre crimes (tais como como foram cometidos, se armas foram usadas, tipos de ferimentos, relação vítima-criminoso) freqüentemente ficam faltando.

2. Comunidade: levantamentos de vítimas

Levantamentos de vítimas são o método mais sistemático de coleta de informações na comunidade. Eles não só preenchem as



É necessário usar outras fontes porque as estatísticas policiais e os levantamentos de vítimas têm suas limitações.

Informações a respeito de fontes sobre o crime e a violência

Polícia	Estatísticas <ul style="list-style-type: none"> • Números nacionais, estaduais/provinciais, locais • Delegacia local 	Entrevistas <ul style="list-style-type: none"> • Delegado(a) local • Chefes locais de prevenção do crime • Chefe(s) do corpo de detetives
Comunidade	Levantamentos de vítimas Indicam: <ul style="list-style-type: none"> • Volume de crime • Crimes mais graves • Grau de medo do crime • Preocupações da comunidade etc 	Outras fontes da comunidade <ul style="list-style-type: none"> • Entrevistas com pessoas-chave • Entrevistas em grupo/focus groups • Entidades, instituições, empresas, ONGs, secretarias municipais, firmas de segurança particular, hospitais, escolas etc • Matérias de jornais, estações de rádio e TV

lacunas nos dados policiais, como também indicam o que as pessoas pensam sobre o problema da criminalidade e serviços existentes, como a polícia. As percepções da comunidade são tão importantes quanto o volume de crime que ocorre - consultas à comunidade são um passo vital no processo de planejamento. As idéias das pessoas a respeito do crime e da violência na sua localidade freqüentemente diferem do que sugerem as estatísticas oficiais.

Levantamentos de vítimas são úteis porque:

- Englobam todos os tipos de crime, inclusive os que não são relatados à polícia;
- Dão informações que ajudam a avaliar o risco advindo do crime;
- Informam sobre o medo do crime. O medo pode ter consequências negativas para a comunidade e, devido ao fato de nem sempre corresponder aos níveis reais de crime e violência, as pessoas precisam ser indagadas a respeito do que temem e por quê, para que algo possa ser feito;
- Mostram o que a população pensa da polícia, das entidades de apoio à vítima, das firmas de segurança particular etc, e como estes serviços podem ser melhorados.

Levantamentos de vítimas são limitados porque:

- Podem ser caros e tomar muito tempo;
- As mulheres costumam relutar em

falar sobre violência sexual ou doméstica;

- Podem não revelar dados a respeito de crimes contra crianças (em geral só são entrevistadas pessoas acima de 18 anos);
- Eles não costumam dar informações sobre os transgressores (embora possa-se incluir perguntas a este respeito ao formular o levantamento).

3. Outras fontes da comunidade:

É necessário usar outras fontes porque as estatísticas policiais e os levantamentos de vítimas têm suas limitações. Informações sobre a comunidade e as opiniões dos moradores podem ser coletadas de várias formas. Este processo costuma estimular a participação e cooperação da comunidade porque as pessoas sentem que fazem parte dele.

Boas fontes de informações sobre o crime e a violência são:

- Secretarias/departamentos municipais de habitação, empresas concessionárias de serviços públicos (água, eletricidade, gás, telefone), escolas;
- Lojas e pequenas empresas;
- Seguradoras;
- Firmas de segurança particular e bancos;
- Hospitais, clínicas, assistentes sociais, médicos;
- Entidades de apoio à vítima de crimes como violência doméstica;
- Prisões;

Instrumentos do Safer Cities

O programa Safer Cities [Cidades Mais Seguras] da Habitat-ONU, em colaboração com seus parceiros de diferentes projetos e através da cooperação internacional, desenvolveu um conjunto de instrumentos. São instrumentos de avaliação, de planejamento de prevenção do crime, de implementação e de institucionalização. Mais informações podem ser encontradas no site <http://www.unchs.org/safercities/tools>

- Organizações de mulheres, grupos de jovens, organizações de crianças moradoras de rua;
- Organizações cívicas;
- Sindicatos.

A maior parte das informações conseguidas com estas fontes não terá a forma de números, já que virá de entrevistas, reuniões e discussões em grupo.

- Entrevistas com pessoas-chave: Estas podem incluir líderes locais de partidos políticos, grupos de mulheres, grupos e lideranças de igrejas, ONGs que trabalhem em assuntos correlatos, entidades de apoio à vítima, centros de apoio jurídico, diretores(as) de escolas e orientadores(as), assistentes sociais, chefes locais da polícia e de

prevenção do crime, juízes, promotores, membros da vigia de bairro, motoristas de táxi, comerciantes informais, sindicalistas e líderes cívicos.

- Reuniões em grupo: Se a comunidade for uma cidadezinha ou bairro, pode-se programar reuniões com os residentes ou organizações comunitárias para discutir problemas da comunidade. Ao contrário de levantamentos formais, as opiniões expostas não representarão toda a comunidade mas será possível obter informações mais detalhadas. Pode-se organizar reuniões gerais da comunidade ou reuniões com grupos específicos como mulheres ou motoristas de táxi.



Será preciso coletar informações sobre as características físicas e sociais da área.

PASSO 2: Identificar quem já está envolvido em atividades de prevenção do crime e da violência na comunidade.

Uma parte importante da auditoria de segurança comunitária é descobrir quais entidades e organizações já estão envolvidas em atividades de prevenção do crime e da violência.

Os benefícios deste passo são:

- Facilitar a coordenação de atividades na área;
- Evitar a duplicação de programas;
- Identificar as lacunas na prestação de serviços. Por exemplo, uma auditoria pode revelar uma falta de abrigos para

vítimas de violência doméstica;

- Maximizar habilidades, capacidades e recursos escassos por meio da colaboração com iniciativas já existentes;
- Aproveitar o tempo passado nestas reuniões para comunicar a estratégia. O processo de consulta à comunidade também estimula a participação. Existe uma probabilidade maior das pessoas se envolverem em programas que respondem às suas necessidades porque suas opiniões foram levadas em consideração.

PASSO 3: Analisar as características físicas e sociais da comunidade

Será preciso coletar informações sobre as características físicas e sociais da área. Isto ajudará a analisar e compreender as causas do crime e da violência. Também ajudará a elaborar programas de prevenção do crime e da violência que levem em consideração

as características da comunidade e seu ambiente físico.

Características físicas

Estas informações serão úteis para formular



Características sociais são importantes porque a criminalidade e a sua prevenção são assuntos que tangem às pessoas.

projetos de prevenção situacional do crime. Alguns destes são conhecidos como CPTED (Prevenção do Crime Através de Design Ambiental)⁴ ou 'prevenção do crime específica de lugar'. Projetos como este devem ser implementados em paralelo a outros com foco social e de cumprimento da lei voltados para um problema específico da área. Algumas das principais características físicas são:

- Densidade populacional: Isto pode contribuir com o crime se as pessoas vivem em condições de superpopulação.
 - Configuração e tipo de habitação: Fatores como zoneamento de uso do solo, configuração do bairro, tipo de habitação e tamanho dos terrenos podem incentivar a criminalidade. Lares improvisados em favelas costumam ser mais difíceis de proteger e de mais fácil acesso para ladrões. Terrenos grandes e chácaras reduzem o número de pedestres que usam as
- ruas, o quê significa menos pares de olhos alerta. As áreas comuns de alguns prédios altos não são seguras, com corredores compridos e escuros e escadarias que oferecem refúgio para criminosos em potencial.
 - Imagem e infra-estrutura: Pichações, lixo, janelas quebradas e jardins descuidados dão a impressão de que uma área não é segura, e isto pode significar que os residents terão menos interesse em melhorá-la. Vale também tomar nota de quais partes da comunidade têm eletricidade, infra-estrutura e serviços. Iluminação de rua ruim encoraja a criminalidade e uma falta de infra-estrutura e serviços deixa as pessoas mais vulneráveis ao crime.
 - Rotas de transporte: A configuração e a natureza das ruas e vias férreas podem oferecer oportunidades para o crime e obstruir esforços de prevenção do crime. Estradas trazem o trânsito de não-residentes e oferecem rotas fáceis de entrada e fuga de uma área.
 - Terra ociosa: Grandes áreas de terra

Prevenção Situacional do Crime; CPTED – Prevenção do Crime Através de Design Ambiental

A noção de que o ambiente físico pode aumentar ou diminuir as oportunidades para o crime não é nova. Há décadas ela é estudada extensivamente mundo afora. Há um consenso geral de que se o ambiente for planejado, desenhado e gerenciado apropriadamente, a incidência de certos tipos de crimes pode ser reduzida. O desenho ambiental já fez parte de muitas iniciativas de prevenção do crime em países tais como o Reino Unido, os EUA, o Canadá, a Holanda, a Austrália e a África do Sul.

O ambiente pode ter um papel significativo em termos de influenciar as percepções de segurança. Certos ambientes podem dar uma sensação de segurança, enquanto outros podem induzir o medo mesmo em áreas com baixas taxas de criminalidade. Neste sentido, medidas de planejamento e desenho podem ser usadas com muito êxito para acentuar sensações de segurança em áreas onde as pessoas se sentem vulneráveis.

A despeito dos muitos benefícios da prevenção situacional do crime, deve-se reconhecer seus limites. Ela só pode ser implementada para lidar com certos tipos de crime e em certas localidades. Em muitos casos, intervenções desta natureza são muito mais eficazes se aliadas a outras medidas de prevenção do crime.

Fonte e mais informações: *Designing Safer Places: A Manual for Crime Prevention through Planning and Design*, CSIR, 2001. Pretória, África do Sul. www.csir.co.za

ociosa ou sub-utilizada costumam ser espaços mal cuidados que dão oportunidades para se cometer crimes, tornam os transeuntes vulneráveis a ataque e dificultam patrulhas policiais.

- Dependências comerciais e industriais: Certos tipos de negócio podem atrair ou facilitar o crime. Por exemplo, uma concentração de lojas de penhora pode facilitar a venda de artigos roubados pouco antes.

Características sociais

Características sociais são importantes porque a criminalidade e a sua prevenção são assuntos que tangem às pessoas. Cada pessoa de uma comunidade terá uma relação ou outra com o crime - seja como vítima, vítima em potencial, pessoa que teme o crime, transgressor, transgressor em potencial ou participante de atividades de prevenção. São fatores sociais importantes:

- Idade: Este pode ser um fator importante para se entender e prever os níveis de incidência do crime na área. Mudanças nos níveis de incidência do crime em países como os Estados Unidos foram vinculadas ao número de pessoas entre as idades de 15 e 24 anos, a faixa etária da maior parte dos transgressores.
- Gênero: As mulheres são vulneráveis a certos tipos de crime como violência doméstica e sexual. Homens jovens são os mais vulneráveis a outros crimes violentos e também mais propensos a cometer crimes.
- Condição sócio-econômica: Pobreza e desemprego podem levar ao crime e são fatores que devem ser considerados no planejamento.
- Altos níveis de desigualdade: Uma alta incidência de crime e violência frequentemente está ligada a altos níveis de desigualdade econômica. Muitas cidades da América Latina se caracterizam pelo fato de ricos e pobres viverem muito perto uns dos

outros. Nestas áreas a incidência do crime costuma ser mais alta.

- Atividades para jovens: Muitos atos criminosos e violentos são cometidos por jovens adultos desempregados ou sem ter o quê fazer. É importante descobrir que tipo de estrutura esportiva, de recreação e para atividades sociais existe na área e se há organizações às quais os jovens podem se associar. Deve-se também investigar as escolas da comunidade e até que ponto elas podem ser envolvidas em atividades de redução do crime como conscientização, atividades após as aulas etc.
- Comunicação e participação em atividades comunitárias: Será mais fácil implementar programas de prevenção em comunidades onde há uma boa comunicação entre os residentes e níveis altos de participação em organizações e atividades locais. Iniciativas como vigilância de moradores e comitês de rua ou quarteirão são também indicadores da vontade das pessoas de participar em atividades de prevenção do crime e da violência.
- Segurança de posse: A incidência do crime tende a ser mais alta em comunidades onde há uma alta rotatividade de ocupação dos domicílios. Locatários podem ter menos interesse em proteger suas comunidades do que proprietários. Tipos diferentes de posse da terra podem afetar a capacidade e vontade dos moradores de investir em suas casas. A alta rotatividade de ocupação também afeta a coesão social de uma comunidade.

Fontes de informação sobre a comunidade

Informações sobre as características físicas da área podem ser obtidas do departamento ou secretaria municipal de urbanismo. Muitos municípios têm planos de desen-



Informações sobre as características físicas da área podem ser obtidas do departamento ou secretaria municipal de urbanismo.

volvimento do solo, planos de melhorias urbanas ou planos integrados de desenvolvimento que incorporam planejamento para o uso do solo, transporte, infra-estrutura e promoção do desenvolvimento econômico.

Estes planos e documentos correlatos podem conter uma boa parte das informações necessárias para se analisar a natureza física da comunidade. Vale também conhecer a área por meio de visitas a lugares relevantes. Pesquisas domiciliares, dados do censo e outras fontes estatísticas também ajudarão.

PASSO 4: Decidir quais problemas são os mais importantes

A estratégia de prevenção do crime só terá uma boa probabilidade de sucesso se for focada num número pequeno de problemas administráveis. Nesta parte do processo de planejamento deve-se usar as informações coletadas nos Passos 1, 2 e 3 para decidir quais problemas são os mais graves. Aí então será possível dirigir os programas de prevenção do crime para onde forem mais necessários e tiverem mais chances de sucesso.

Priorizar significa fazer escolhas. Provavelmente, será necessário escolher entre vários problemas sérios ligados ao crime e à violência e entre áreas geográficas da comunidade em questão.

1. Os crimes mais sérios

Será necessário escolher o tipo de crime/violência mais grave com base em:

- Volume: considerar quanto crime e violência ocorre;
- Taxa: considerar os problemas de maior incidência;
- Risco: considerar quais problemas representam maior risco;
- Taxa de mudança: considerar quais problemas estão aumentando mais rapidamente;
- Medo e preocupação: considerar quais problemas mais preocupam as pessoas;
- Impacto: considerar quais problemas terão o maior impacto;
- Potencial de redução: considerar quais problemas serão mais fáceis de evitar.

Vale a pena escrever cada problema numa folha grande de papel e preencher a maior quantidade de informação a respeito de cada uma das considerações acima. Uma matriz de decisão de prioridades poderia ter a seguinte aparência:

Por exemplo, como você selecionaria um dos seguintes problemas para receber atenção urgente?	
Violência doméstica	Ocorre em níveis moderados, resulta em ferimentos e mortes; resposta fraca do sistema de justiça penal; baixo potencial de melhora em curto prazo.
Assalto	Ocorre em níveis moderados, causando altos níveis de medo; resulta em poucos ferimentos, embora cause desinvestimento nas áreas afetadas; potencial de redução moderado.
Roubo de carros	Ocorre em altos níveis por toda a comunidade; não resulta em ferimentos; poucas recuperações de bens; potencial de redução moderado.

Tabela X: Matriz para escolha dos tipos mais sérios de crime*

Tipo de problema	Agressão doméstica	Roubo a residências	Seqüestro-relâmpago
Tamanho do problema	Frequência: 6.575 Taxa: 1,315/100,000 Risco: 1 in 30	Frequência: 10.300 Taxa: 2,060/100,000 Risco: 1 in 15	Frequência: 2.775 Taxa: 555/100,000 Risco: 1 in 60
Taxa de mudança	9% de aumento	2% de aumento	7% de aumento
Medo	32% dos pesquisados	70% dos pesquisados	56% dos pesquisados
Mortes/ferimentos (impacto)	12 mortes 130 ferimentos graves	6 ferimentos graves 15 ferimentos leves	2 mortes 4 ferimentos graves 8 ferimentos leves
Prejuízo em \$	Desconhecido	\$ 532.000,00	\$ 437.882,00
Resposta da Justiça Penal	22% presos 42% dos presos foram condenados	10% presos 30% dos presos foram condenados	10% presos 51% dos presos foram condenados
Potencial de redução	Em curto prazo,baixo	Moderado	Moderado

(*Todos os números são hipotéticos, baseados numa cidade com 500,000 habitantes e calculados por ano.)

2. Lugares da comunidade mais afetados

As informações coletadas nos passos 1-3 devem mostrar quais áreas são mais afetadas pelo crime e a violência em geral. Também será preciso identificar os lugares onde há a maior probabilidade de certos crimes ocorrerem. Se uma análise mostrar que certas partes da comunidade são mais propensas ao crime e à violência, pode-se decidir priorizar estas áreas para a intervenção.

3. Vítimas de alto risco, afetadas pelo e com medo do crime

Os passos 1 a 3 devem ter fornecido perfis de vítimas dos diferentes tipos de crimes, além de informações sobre o impacto do crime nas vítimas e na comunidade. Talvez tenham

fornecido também informações sobre quantas vítimas voltam a ser objeto de crimes ('vitimização repetida'). Vale também levar em consideração quais crimes as vítimas mais temem, e por quê. Esses detalhes podem apontar para um grupo particular de vítimas que poderia ser prioritário dentro da estratégia de prevenção do crime e da violência.

4. Categorias de pessoas com maior probabilidade de transgredir

Informações terão sido coletadas a respeito de quem comete crimes na área. Isto pode dizer respeito a vários crimes ou apenas aos mais graves. Muitos programas não se voltam para os transgressores. Isto é um equívoco e pode reduzir a eficácia da estratégia.



Se uma análise mostrar que certas partes da comunidade são mais propensas ao crime e à violência, pode-se decidir priorizar estas áreas para a intervenção.

Exemplo: Delegacias da Mulher, São Paulo, Brasil.

Contexto: Em 1983, o Conselho Estadual da Condição Feminina relatou que uma grande número de mulheres brasileiras eram vítimas de violência e seus agressores escapavam das sanções da lei devido à não-procura da polícia por parte das vítimas e à inação policial. Isto levou à criação de delegacias totalmente dirigidas por policiais mulheres. O projeto foi financiado principalmente pelo governo estadual, mas a prefeitura de São Paulo também cedeu espaço e pessoal. Hoje em dia há mais de 100 delegacias da mulher no estado de São Paulo e o projeto se expandiu pelo Brasil afora.

Objetivo: Reduzir e evitar a violência contra a mulher por meio da dissuasão dos agressores; prestar serviços de assistência às vítimas.

Atividades e sucessos:

- Oferecer assistência às vítimas por meio da elaboração de reclamações e relatórios oficiais e detalhados;
- Prestar serviços sociais e psicológicos às vítimas;
- Em alguns casos, prover abrigo de emergência a vítimas;
- Organizar cursos/oficinas para parceiros masculinos violentos, buscando que estes desenvolvam o respeito à mulher e seu direito legal à segurança.

Resultados, impactos:

- A primeira delegacia da mulher de São Paulo, recebeu 2.000 relatos de violência contra mulheres em seu primeiro ano (1985), número que chegou a 7.000 em 1989. (Este tipo de iniciativa frequentemente leva a um forte aumento inicial em atos de violência relatados, já que as mulheres se sentem mais confiantes e à vontade para se manifestar).
- A delegacia da mulher do Rio de Janeiro registrou nos dois anos seguintes à sua fundação (1987) uma queda de 65% no número de ameaças contra mulheres e de 37% no número de estupros.

FONTE: INTERNATIONAL CENTER FOR CRIME PREVENTION, 2000.

Site: <http://www.crime-prevention-intl.org/english/programs/index.html>

Exemplo

Dados e pesquisas pela América Latina afora mostram que a maior parte das vítimas de crimes violentos tais como agressão e assassinato são pobres. Elas têm acesso limitado a serviços de apoio à vítima, recebem serviços policiais menos eficazes do que os moradores de bairros ricos e tendem a temer o crime em seus bairros mais do que quem habita outras partes da cidade.

Exemplo

Dados e pesquisas pela América Latina e o Caribe afora mostram que homens entre 16 e 30 anos têm maior probabilidade de serem presos por terem cometido um crime violento. Se este for o caso na comunidade em questão, pode valer a pena desenvolver um programa que busque evitar que os jovens transgridam. Por exemplo, programas de educação e conscientização podem ser considerados, assim como o trabalho com ex-transgressores.

Passo 5: Analisar os problemas da comunidade aos quais se deu prioridade

Uma vez decididos quais são os principais problemas da comunidade, será necessário analisá-los detalhadamente. Vale lembrar-se das características sociais e físicas da comunidade, identificadas no Passo 3 da análise. Um mesmo tipo de crime pode ser cometido de diversas maneiras, em vários cenários, por tipos diferentes de transgres-

sores e contra tipos diferentes de vítimas. Para reduzir este crime com eficácia serão necessários programas com respostas para estas variações. Os exemplos da tabela abaixo ajudam a encontrar as soluções corretas para os principais problemas da comunidade. Este passo é importante.

Variações dentro de tipos de crime		
Fatores	Agressão tipo 1: 'violência doméstica'	Agressão tipo 2: 'violência de gangues'
Alvos/vítimas	Mulheres (de 28 a 45 anos), condição sócio-econômica mista, condição empregatícia mista	Homens jovens (de 17 a 30 anos), condição sócio-econômica pobre, desempregados, alguns sob a influência do álcool ou de drogas, membros de gangues
Transgressores	Homens (de 25 a 50 anos), maridos, parceiros, conhecidos da vítima, condição sócio-econômica mista, condição empregatícia mista, muitos sob a influência do álcool, agressão resultante de discussão	Homens jovens (de 17 a 30 anos), condição sócio-econômica pobre, desempregados, alguns sob a influência do álcool ou de drogas, membros de gangues locais, alguns conhecidos da vítima
Quando	Entre 17h e 8h, fins de semana, períodos festivos, finais de mês	Entre 18h e 2h, sextas-feiras e sábados, alguns dias de semana
Onde	No lar e/ou quintal da vítima	Em bares ou nas ruas do bairro da vítima ou do transgressor
Como	Punhos, vários objetos domésticos, facas	Armas de fogo, facas
Fatores de oportunidade	Ausência de fatores de contenção como a polícia ou vizinhos, maior vulnerabilidade das vítimas devido a outros fatores como dependência econômica etc	Iluminação pública ruim, pouca ou nenhuma presença policial, alto níveis de intimidação levam vítimas e testemunhas a não dar queixa de crimes ou cooperar com a polícia

Se 'agressão' for o delito escolhido como prioridade da comunidade, será preciso aferir quem são as vítimas e transgressores, onde e quando acontecem as agressões e quais circunstâncias caracterizam as agressões. Uma vez coletado o maior número possível de informações sobre os problemas-alvo, deve-se compilar uma

descrição detalhada de cada um e de como se relacionam com fatores sociais e físicos da comunidade. Será então possível passar para a segunda etapa do processo de planejamento da estratégia. Nesta etapa, o grupo proporá o elenco de programas com melhores chances de evitar os problemas identificados.

Cultura Cidadã na Prefeitura de Bogotá, Bogotá, Colômbia

Contexto: Entre 1995 e 1997, a Cidade de Bogotá investiu aproximadamente US\$ 130 milhões (3,7% do orçamento do município) num plano de ação múltipla de educação cidadã apoiado por diversas entidades locais. Este programa adveio da hipótese da possível separação entre três sistemas reguladores da conduta: a lei, a cultura (em nível coletivo) e a moral (isto é, condutas individuais).

Objetivos: Encourajar a auto-regulação das condutas coletivas e individuais, assim diminuindo a lacuna entre os indivíduos e a lei.

Atividades e sucessos:

- Criação de uma circular noticiosa mensal com informações factuais sobre atividades de delinqüentes;
- Implementação da "lei seca" (ley zanahoria) que proíbe a venda de bebidas alcoólicas após a 1h da manhã;
- Lançamento do programa de desarmamento voluntário em coordenação com grupos religiosos e igrejas;
- Aumento no número de Centros de Acolhida de Violência Familiar (Comisarías de Familia) de 6 para 13;
- Reforço das frentes de segurança, agrupando moradores, com a ajuda da polícia;
- Profissionalização da polícia por meio da capacitação de 4,750 policiais;
- Restrições a substâncias ilegais;
- Sensibilização da população quanto a regras de convivência comunitária por meio de dias da Cidadania ou da Comunidade.

Resultados, Impactos:

- A taxa de homicídio caiu de 72 para 51 por 100.000 habitantes;
- Os casos de homicídio relacionados à intoxicação alcoólica baixaram 9,5% um ano depois da implementação do programa e 26,7% após dois anos;
- A campanha de desarmamento aparentemente deu resultado, com uma queda de 23% a 30% nos homicídios comuns nos 3 primeiros meses da campanha;
- O número de jovens fisicamente prejudicados por drogas durante a época festiva caiu por um terço.

FONTE: A. Mockus, "Armonizar Ley, Moral y Cultura", Boletín de la Red de Alcaldes Contra la Violencia—Programa de Prevención de la Violencia, Banco Interamericano de Desarrollo – División de Desarrollo Social, Número 1, janeiro de 2000.

8. Etapa 2: Desenvolvendo uma Estratégia

Após completar a Etapa 1, diversos problemas ligados ao crime e à violência terão sido identificados. Na Etapa 2, programas serão selecionados para resolver estes problemas e será confeccionado um documento de estratégia. Deve-se seguir os próximos cinco passos:

- Passo 6: Selecionar e agrupar os problemas prioritários em áreas de foco.
- Passo 7: Identificar e abordar possíveis parceiros na área para assistir na redução do crime e da violência.
- Passo 8: Identificar possíveis soluções.
- Passo 9: Selecionar os programas (soluções) mais adequados e refiná-los.
- Passo 10: Obter apoio para os programas selecionados.

Passo 6: Desenvolver um elenco de áreas de foco

Uma área de foco é um problema ou grupo de problemas ligados ao crime e à violência. Em cada área de foco, vários projetos de prevenção podem ter o problema como alvo.

O processo de desenvolvimento de áreas de foco a partir da auditoria de segurança comunitária não é algo técnico que possa ser prescrito num manual.

Freqüentemente, considerações práticas e políticas da comunidade darão corpo ao processo. Eis aqui abaixo algumas dicas que podem ser úteis:

Dica 1: Deixar que a auditoria de segurança comunitária sirva de guia

Será necessário sempre consultar a auditoria de segurança comunitária. Ela contém fatos objetivos. As idéias iniciais para se escolher áreas de foco devem vir da auditoria e os programas escolhidos ao final da Etapa 2 devem estar relacionados à auditoria.

Uma boa auditoria de segurança não somente descreverá os problemas da comunidade. Ela também analisará os problemas e apontará aqueles que mais

requerem ação. Todos os participantes da Etapa 2 devem estar familiarizados com os resultados da auditoria. O melhor jeito de se garantir isto é envolvê-los no desenvolvimento da auditoria em si.

Quantas áreas de foco devem ser desenvolvidas?

Uma revisão do Passo 4 da auditoria ('Decidir quais problemas são os mais importantes') dará uma base para a escolha das áreas de foco. Pode não ser possível, ou recomendável, para a equipe (ou parceria) atacar todos os problemas identificados pela auditoria de segurança comunitária. Mas pode-se começar selecionando mais, e não menos, opções pois algumas serão eliminadas nos Passos 8 e 9.

A seleção inicial poderia incluir várias áreas de foco. O ideal é que depois de reduzir o número de opções, a estratégia não tenha mais do que quatro áreas de foco. Tentar fazer demais pode resultar em:

- Falta de foco;
- Recursos espalhados demais;
- Ter que gerenciar coisas demais;
- Ter que trabalhar em áreas nas quais não se tem habilidade ou capacidade.



Pesquisa a fundo sobre as várias opções também será útil mais tarde na avaliação da eficácia dos programas.

Exemplos de possíveis áreas de foco:

- Enfrentar a violência doméstica;
- Prevenção do crime por intermédio do planejamento espacial e de intervenções de design físico;
- Enfrentar a violência e o crime em uma localidade ou bairro específico;
- Desenvolver a capacidade de funcionários do governo local de implementar programas de redução do crime.

Passo 7: Identificar parceiros locais em potencial

Reunir-se com grupos locais pode ajudar a começar a identificar possíveis parceiros para envolver em seu plano de prevenção do crime e da violência. Juntar as partes interessadas locais leva a uma compreensão de suas preocupações e habilidades que poderão ser utilizadas. É essencial que este processo se inicie no começo da elaboração da estratégia. Comunicar-se e estabelecer relações com prováveis parceiros pode ajudar a:

- Divulgar a estratégia;
- Ampliar o fórum para incluir um elenco maior de grupos de interesse;

- Fazer com que a estratégia reflita as opiniões de um largo espectro de grupos de interesse;
- Re-debater os principais problemas de crime e violência;
- Garantir apoio para a estratégia;
- Identificar quem pode ajudar;
- Identificar lacunas na estratégia;
- Criar uma abordagem participativa e formalizar este processo.

Ver o capítulo sobre parcerias para obter mais informações e exemplos dos diferentes tipos de parcerias que já foram desenvolvidas com sucesso.

Passo 8: Identificar possíveis soluções

Antes de reduzir o número de áreas de foco, será preciso decidir o nível da intervenção, os tipos de soluções necessárias e quais serão os grupos-alvo de cada solução.

Focar não só problemas mas também soluções ajuda os planejadores a serem práticos.

Determinar o nível da intervenção

Roubo de carros: um exemplo de como corresponder problemas e soluções

O roubo de carros é um grande problema em muitas cidades latinoamericanas. Para o delito acontecer é preciso haver uma oferta de carros para se roubar. Isto requer um(a) transgressor(a) motivado(a) e uma oportunidade. É preciso também que haja uma demanda por carros roubados, seja da população, seja de quadrilhas organizadas que exportam veículos roubados ou de donos de 'desmanches' que vendem as peças.

Para lidar com este problema, soluções em potencial incluem:

- Melhorar os sistemas dos departamentos de polícia e licenciamento para limitar a emissão de documentos e placas falsos e dificultar a corrupção;
- Penas mais duras para elementos corruptos dos departamentos de polícia e licenciamento;
- Melhorar a segurança física dos carros;
- Melhorar a vigilância de áreas críticas;
- Reagir com rapidez a incidentes de seqüestro-relâmpago;
- Reforçar a patrulha de fronteiras;
- Penas mais duras para ladrões de carros e receptadores de carros roubados;
- Melhorar a inteligência e capacidade investigativa com relação ao crime organizado;
- Implementar um programa de fechamento de 'desmanches' e ferros-velhos irregulares;
- Melhorar as oportunidades educacionais para a juventude.



A parte mais difícil de se decidir prioridades é saber que nem todas as alternativas podem ser escolhidas.

É preciso decidir quem pode ajudar a lidar com os problemas descritos nas áreas de foco selecionadas. Programas de prevenção do crime e da violência podem funcionar em nível nacional, estadual, provincial, municipal ou de bairro. O nível escolhido dependerá da natureza do problema da comunidade em questão e do tempo e recursos disponíveis.

Furtos domiciliares, por exemplo, podem ser reduzidos por meio de diversas estratégias, como a mudança de códigos de obras, a formação de comitês de vigilância de bairro, o uso de mais sistemas de segurança e alarmes, a melhora das oportunidades educacionais para jovens e o aumento no número de patrulhas policiais.

Ao se planejar soluções, vale a pena usar informações sobre boas e más práticas. Vale também consultar outros praticantes e estudar exemplos de outros programas e projetos. Quanto mais se gerar idéias neste momento, maior a chance de êxito das abordagens escolhidas. Pesquisa a fundo sobre as várias opções também será útil mais tarde na avaliação da eficácia dos programas.

Dica 2: Faça consultas amplas

A parte mais difícil de se decidir prioridades é saber que nem todas as alternativas podem ser escolhidas. As prioridades não serão a primeira opção de todos mas, sim, uma mescla de interesses refletindo os fatos, informações, perspectivas de organização etc. Desde logo é importante explicar isto a todos os participantes. O processo de consulta é crucial. Ele permite que as pessoas expressem preocupações e interesses, gerem idéias e, mais importante, se aproximem de um consenso. A falta de um processo de consulta adequado pode resultar numa estratégia que:

- Tem pouco apoio;
- Se choca com outras iniciativas ou duplica outras iniciativas;
- É mal concebida;
- Exclui problemas vitais ou grupos-alvo;
- Ignora experiências, capacidades e habilidades existentes;
- Tem pouca relevância ou chance de causar impacto.

Vários sites contém exemplos de boas práticas em prevenção do crime e da violência; ver por exemplo:

International Centre for the Prevention of Crime (ICPC). 1999. "100 Crime Prevention Programs to Inspire Action Across the World". Montreal, Canadá.

Visite o site: <http://www.crime-prevention-intl.org>

National Crime Prevention Council. 1995. 350 Tested Strategies to Prevent Crime: A Resource Guide for Municipal Agencies and Community Groups. Washington, DC, EUA.

Visite o site: www.ncpc.org/5use.htm or store.yahoo.com/mcgruff/.

National Crime Prevention Council. 2000. 150 Tested Strategies to Prevent Crimes from small cities, counties, and rural communities. Washington, DC, EUA.

Visite o site: www.ncpc.org/5use/htm or store.yahoo.com/mcgruff/.

Exemplo: Johannesburgo, África do Sul

No caso do programa Safer Cities (cidades mais seguras) de Johannesburgo, a equipe do programa precisou de três meses de intensas consultas para passar de um conjunto inicial de áreas de foco para a estratégia final que foi ratificada pela Câmara Municipal. Durante este período a estratégia evoluiu, passando por 4 redações. Cada uma foi discutida por meio de oficinas setoriais, discussões entre os parceiros, reuniões públicas, cobertura nos meios de comunicação, correspondência escrita, questionários e contribuições técnicas internacionais.

Selecionando grupos-alvo para programas de redução da transgressão: Exemplos de diferentes fatores de risco

Fatores familiares

- supervisão fraca por parte dos pais.
- Comportamento anti-social ou criminoso entre os pais.
- Baixa renda familiar.
- Conflito familiar.
- Dependência química.

Fatores escolares

- Absenteísmo e falta de compromisso com a escola.
- Dificuldades de aprendizagem.
- Comportamentos dispersivos ou disfunções da conduta.
- Baixas notas.
- Gerência escolar e ensino fracos.
- Falta de apoio para crianças com necessidades especiais.
- Violência, crime e intimidação na escola.
- Escolas grandes demais fazem as crianças se sentirem anônimas.

Características individuais

- Alienação.
- Falta de envolvimento social.
- Envolvimento precoce com comportamentos problemáticos (ex.: pertencer a uma gangue, uso de álcool e drogas).
- Envolvimento dos pares com comportamentos problemáticos.
- Alta proporção do tempo passado sem supervisão com os pares.

Fatores do começo da idade adulta

- Falta de habilidades ou qualificações.
- Desemprego ou baixa renda.
- Não ter teto.

Características da comunidade

- Desorganização da comunidade.
- Disponibilidade de drogas.
- Oportunidades para o crime.
- Altos níveis de consumo de álcool.
- Disponibilidade de armas de fogo.

Identificar grupos-alvo

Quando se houver escolhido possíveis programas para resolver os problemas descritos nas áreas de foco, é importante identificar grupos-alvo para cada intervenção. Estes podem incluir vítimas ou alvos de crime (como veículos), transgressores ou um lugar em particular da comunidade que esteja carente de atenção. No

caso de programas que busquem reduzir a transgressão, há vários fatores de risco que podem ajudar a selecionar grupos-alvo apropriados. Fatores de risco aumentam a probabilidade de que ocorra o delito, o ato violento ou o comportamento criminoso. Eles não causam o crime ou a violência, mas aumentam a possibilidade destes acontecerem.

Passo 9: Selecionar os programas mais adequados e refiná-los

A redução do número de áreas de foco originais e suas potenciais soluções para formar um conjunto final de áreas de foco requer:

- Consultas detalhadas (ver Dica 2);
- O uso de ferramentas de tomada de decisão (ver Dica 3);
- A construção do consenso (ver Passo 10).

Será necessário analisar cuidadosamente as informações sobre possíveis soluções quando se for selecionar e refinar programas mais adequados. Cada opção precisa ser avaliada com vários fatores influenciadores em mente. Uma matriz como a abaixo, que usa o exemplo de reduzir o roubo de carros, pode ajudar na tomada de decisão.

Matriz de tomada de decisão para selecionar programas de redução do roubo de carros

Solução	Existência de boas práticas	Custo estimado	Eficácia estimada	Interesse de outros parceiros	Existência de capacidade local	Selecionada/rejeitada
Promoção da segurança física de carros	Sim	Baixo	Média	Alto	Sim	Selecionada
Punição de funcionários de licenciamento corruptos	Sim	Médio	Baixa	Baixo	Sim	Rejeitada
Melhora no sistema de licenciamento	Sim	Médio / alto	Alta	Médio	Sim	Selecionada
Fechamento de ferros-velhos irregulares	Não	Médio	Média	Médio	Sim	Selecionada
Reação mais rápida a seqüestros-relampago	Sim	Alto	Baixa	Alto	Sim	Rejeitada



Há muitas abordagens diferentes para se gerenciar e implementar a estratégia.

Exemplo de uma área de foco típica de um governo local

A maior parte dos governos locais têm uma área de foco que almeja desenvolver a capacidade interna de redução do crime e da violência. Isto pode incluir os seguintes projetos:

- Prevenção e investigação da corrupção no governo local;
- Desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades de prevenção do crime e da violência de funcionários e políticos por meio de iniciativas tais como treinamento;
- Alinhamento de funções departamentais para maximizar a prevenção do crime e da violência dentro das funções principais;
- Criação de estruturas facilitadoras, designação de pessoal e recursos para a prevenção do crime;
- Desenvolvimento de uma estratégia de policiamento comunitário;

Áreas de foco nem sempre incluem projetos e programas específicos. Em alguns casos elas podem ser mais genéricas - por exemplo, desenvolver a capacidade de prevenção do crime e da violência na comunidade ou aproveitar ao máximo a capacidade de redução do crime de uma organização em particular.

O anexo sugere algumas perguntas úteis que podem servir de guia quando da seleção de programas e projetos.

Dica 3: Usar ferramentas de tomada de decisão

Muitos fatores podem ajudar na decisão de quais programas selecionar. Entretanto, como ficará claro abaixo, estes raramente se traduzem em perguntas simples com respostas objetivas. Há fatores a favor e contra um certo problema, dependendo do contexto no qual são aplicados. Isto quer dizer que é preciso analisar todos os fatores cuidadosamente e pôr na balança os resultados positivos e negativos de cada escolha. É bom tentar manter as coisas bem simples.

Passo 10: Obter apoio para os programas selecionados

Tendo avaliado cuidadosamente as possíveis áreas de foco e soluções em cada caso, isto já pode ser relatado aos seus parceiros de projeto. Se o processo de consulta tiver sido amplo, há boas chances de se chegar a um consenso sem dificuldades. Se houver previsão de problemas, ou se a estratégia estiver sendo desenvolvida para uma parceria e não para uma única entidade, o grupo completo deve ser envolvido na escolha dos programas finais e das soluções.

Se os passos da Etapa 2 forem observados cuidadosamente, as áreas de foco e os programas de prevenção do crime e da violência escolhidos devem:

- Ser soluções criativas que enfrentam os problemas de recursos e capacidade limitados;
- Ser alcançáveis, realistas e mensuráveis;
- Ter o potencial de causar um impacto significativo;
- Agregar valor e não duplicar;
- Atacar o problema no nível mais

adequado: numa área em particular ou tendo como alvo um grupo definido de vítimas ou transgressores;

- Ter apoio e o potencial de construir mais apoio;
- Ser sustentável;
- Satisfazer objetivos tanto de longo quanto de curto prazo;
- Incluir soluções que sejam tanto eficientes quanto eficazes.

Dica 4: Sugestões para se obter apoio

- **Fazer consultas extensivas.**
- **Compreender interesses e**

motivações de organizações.

- **Achar brechas ou oportunidades para promover trocas entre interesses diferentes.**
- **Encontrar mecanismos criativos para combinar interesses.**
- **No caso do governo local, garantir apoio político e participação ao longo de todo o processo.**
- **Garantir que haja comunicação permanente e 'em mão dupla' com todos os parceiros.**
- **Usar a auditoria de segurança como referência e fundamento na tomada de decisões.**



Deve-se estabelecer objetivos claros. Os objetivos devem explicar por quê se está tocando o projeto e o quê se quer alcançar.

Exemplos de uma seleção de áreas de foco e programas para um município

Área de foco 1: Reduzir o crime e a violência ligados à juventude

- Desenvolver programas esportivos e recreativos noturnos em escolas locais.
- Tornar as escolas ambientes livres do crime e da violência.
- Fazer cumprir leis relacionadas ao consumo por menores e venda para menores de bebidas alcoólicas.
- Desenvolver programas visando o término dos estudos e a promoção de negócios para jovens em situações de risco.
- Manter escolas abertas até mais tarde com supervisão para os alunos.
- Capacitar professores para identificar o abuso de crianças.
- Desenvolver programas de apoio e capacitação para mães e pais solteiros.
- Garantir que crianças com dificuldades de aprendizagem continuem na escola.
- Apoiar atividades pré-escolares.

Área de foco 2: Reduzir a violência doméstica

- Desenvolver e administrar um abrigo em uma cidade vizinha e oferecer um serviço de colocação profissional.
- Desenvolver um programa de sensibilização com base nas escolas.
- Oferecer serviços de orientação à vítima via agentes de saúde.
- Oferecer serviços de orientação psicológica para cônjuges agressivos.
- Elaborar programas de desaprovação comunitária.
- Restringir a venda de bebidas alcoólicas e fiscalizar bares.

Área de foco 3: Desenvolver a capacidade interna de prevenção do crime e da violência do município

- Treinar dez funcionários em prevenção do crime por meio de princípios de design ambiental.
- Iniciar um processo de planejamento funcional para aumentar o trabalho departamental de prevenção do crime.
- Iniciar uma reunião quinzenal de secretários(as) para discutir a integração de programas de prevenção do crime e da violência.
- Acordar prioridades com todas as secretarias e garantir que todas sejam incluídas em planos de trabalho e orçamentos estratégicos.



A melhor maneira de se orçar o projeto é calcular o custo direto de cada atividade.

Exemplo: Foco na Juventude: o modelo da cidade de Boston, Massachusetts, EUA

Contexto: No começo da década de 90, eram cometidos 152 homicídios por ano na cidade de Boston, ao passo que em anos anteriores este número ficava abaixo de 100. Dados policiais indicavam que cerca de 75% destes homicídios estavam ligados a gangues. (A cidade tinha cerca de 40, com um total de 4,000 integrantes).

Objetivos: Reduzir a violência praticada por adolescentes e jovens em nível municipal por meio de medidas preventivas e de controle envolvendo a prefeitura e a comunidade local. Este programa foi escolhido pelo NCPC (Conselho Nacional de Prevenção do Crime) como um dos seis a promoverem as maiores reduções nas taxas de criminalidade nos últimos dez anos em grandes cidades dos EUA.

Atividades e sucessos:

- Lançamento da Operação Cessar-Fogo de controle de armas e gangues: maiores sanções para reincidentes; patrulhas policiais regulares para verificar se transgressores sob liberdade condicional estavam cumprindo suas condições. A polícia reforçou o controle do tráfico de armas.
- Criação de uma coalizão entre a polícia e assistentes sociais para elaborar medidas eficazes para evitar e controlar a violência das gangues. Exemplo disto é a parceria entre a polícia e os clubes infantis ('Boys and Girls Clubs') chamada Rede de Prestadores de Serviços à Juventude (YSPN).
- Implementação do SP&CMP (Projeto de Planejamento Estratégico e Mobilização Comunitária) com vistas a melhorar as relações e a confiança entre os cidadãos e a polícia.
- Promoção de métodos pacíficos para resolver conflitos entre jovens.

Resultados, impactos:

- A taxa total de crime declinou 29%, em outras palavras, de 5.302 para 3.768 casos.
- A taxa dos crimes contra o patrimônio caiu 31%, de 4.613 para 3.187 casos.
- A taxa dos crimes violentos caiu 16%, de 689 casos para 580.

FONTE: Mogul, J. Boston : A city's success, Boletín de la Red de Alcaldes, Programa de Prevención de la Violencia, Banco Interamericano de Desarrollo – División de Desarrollo Social, Número 3, julho de 2000.

International Center for the Prevention of Crime, 100 Crime Prevention Programs to Inspire Action Across the World, 1999. Site : <http://www.crime-prevention-intl.org>

Etapa 3: Gerenciando a Estratégia

Há muitas abordagens diferentes para se gerenciar e implementar a estratégia. Apenas os passos mais importantes serão descritos brevemente aqui. Na Etapa 3 será necessário detalhar os planos para cada um dos programas e projetos desenvolvidos na Etapa 2. Vale lembrar que, acima de tudo, deve-se manter os planos o mais simples possível.

A diferença entre um programa e um projeto

- Projetos são intervenções específicas que geralmente têm um cronograma específico - por exemplo, desenvolver um catálogo de serviços para vítimas.
- Programas são mais amplos e podem conter mais de um projeto e um prazo aberto. Um exemplo seria um programa para aliviar o trauma das vítimas do crime numa comunidade.

Alguns projetos exitosos serão expandidos e transformados em programas para sustentar ou ampliar seu impacto ou estender atividades para outras áreas e grupos-alvo.

Um projeto de sucesso deve:

- Lidar com problemas reais;
- Ter objetivos claros;
- Estar fundamentado em planos bem

- formulados e avaliados;
- Ser gerenciado eficientemente e implementado por uma equipe competente e motivada;
- Ter o apoio das partes interessadas chave;
- Ser adequadamente financiado e capacitado;
- Ter uma liderança clara;
- Ser avaliado em seus resultados.

Passo 11: Desenvolver um plano de projeto com metas, objetivos, cronograma e orçamento

Será preciso desenvolver planos para cada um dos projetos da estratégia. Cada plano deve descrever as atividades, o cronograma, as responsabilidades e os custos para cada parte do projeto. O desenvolvimento de cada plano tem várias etapas.

Estabelecer objetivos

Deve-se estabelecer objetivos claros. Os objetivos devem explicar por quê se está tocando o projeto e o quê se quer alcançar. Um projeto só poderá ser avaliado no futuro se logo no começo ele afirmar claramente a que veio.

Planejar atividades para alcançar os objetivos

Há que se decidir quais atividades melhor levarão ao resultado desejado. Estas ações devem ser documentadas num plano de atividades. Este plano deve indicar o tempo necessário para a atividade e de quem é a responsabilidade por ela.

Designar a responsabilidade por atividades

Quando se designa responsabilidades, é preciso avaliar se a pessoa tem a capacidade e o conhecimento necessários para completar as tarefas. Se estes estiverem faltando, será preciso dar treinamento e apoio

para garantir que a atividade será completada conforme planejado. Se mais pessoal for necessário, um esboço das atividades ajudará na elaboração das novas funções. É bom deixar bem claro quem é responsável por cada atividade e tarefa.

Estabelecer um cronograma

Cada atividade deve ter prazo. Certas atividades acontecerão concomitantemente, outras dependerão da conclusão de algumas para poderem começar. Pode-se então calcular o tempo total que levará para o projeto atingir seus objetivos. Este prazo deve ser constantemente verificado e alterado para compensar quaisquer imprevistos que surjam durante a implementação. O tempo tomado por cada atividade e pelo projeto como um todo tem consequências para os custos do projeto. Portanto, o estabelecimento de um cronograma é uma ferramenta tanto de planejamento, quanto de custeio, quanto de monitoramento.

Identificar os insumos necessários

Por meio do processo de identificar as atividades e ligá-las aos recursos existentes, será possível ver que lacunas há em termos de pessoal, obrigações financeiras e outros insumos necessários à realização das atividades. Isto será útil para se entender quan-



É preciso desenvolver a habilidade de entender como e por quê a estratégia de prevenção do crime e da violência teve êxito ou não.

to deverá ser orçado, para qual período e quando será necessário que os recursos estejam disponíveis para bancar as diferentes atividades.

Orçar o projeto

A melhor maneira de se orçar o projeto é calcular o custo direto de cada atividade. Deve-se lembrar de considerar os custos de apoio, como o tempo de serviço do pessoal, os custos fixos do projeto etc. Custos operacionais futuros também devem ser considerados desde logo. É importante, portanto, saber de quem será a responsabilidade pela operação continuada do projeto. Se a operação futura se encaixar com a linha de trabalho de um departamento em particular, o compromisso deve ser selado antes do começo do projeto. Deve-se sempre orçar os custos administrativos, que costumam corresponder a 5%-8% do total, além de uma quantia equivalente para a avaliação do projeto uma vez terminado.

Monitorar a implementação do projeto

Os objetivos, juntamente com o cronograma, definirão o que precisa ser feito dentro de um certo prazo para que não se ultrapasse o orçamento. Um monitoramento constante disto é necessário para que atrasos ou problemas que possam vir a impedir o progresso do projeto possam ser retificados antes de se complicarem.

Cada projeto requer um plano detalhado com cronograma, responsabilidades e opções de financiamento. Diferentes projetos podem ser agrupados de acordo com suas áreas de foco. As áreas de foco com seus respectivos projetos, juntas, perfazem a estratégia. Usando o cronograma, pode-se ver quais atividades podem ser tocadas concomitantemente e quais dependem da conclusão de outras.

Passo 12: A necessidade de gestão do projeto

Para alguns projetos, pode ser necessário empregar um(a) gerente de projetos experiente. A função de coordenação é diferente da de gestão, requerendo tipos diferentes de experiência. O(A) coordenador(a) precisa ser hábil com a comunicação e articulação, ao passo que o(a) gerente precisa ser versado(a) em gestão de projetos.

Dependendo do tipo de projeto selecionado, podem ser necessárias entre as habilidades de gestão, a de planejamento e gestão financeira, de supervisão de obras, habilidades técnicas etc. Deve-se ter certeza de poder pagar por estes serviços.

O projeto pode e deve se valer das habilidades se seus parceiros do setor privado. Se eles forem, por exemplo, do ramo da engenharia ou da construção civil eles

poderão oferecer informações e soluções valiosas nestas áreas.

Não se deve deixar-se intimidar pela necessidade de gerir os projetos corretamente. Há que se dar o melhor de si e pedir ajuda e conselhos a empresários locais ou outros que tenham capacidades de gestão. Vale lembrar que na maior parte dos projetos o mais importante é ter pessoas motivadas que trabalhem duro e de acordo com objetivos acordados e claros, e que relatem à comunidade regularmente o que vêm fazendo.

Etapa 4: Como Monitorar e Avaliar a Estratégia

Avaliar a estratégia é essencial. Sem isto, não será possível saber se ela atingiu suas metas, se certos projetos devem ser contin-

Exemplo: Cooperação Polícia-Comunidade pela Redução da Violência em Diadema, SP, Brasil

Contexto: Este projeto foi conduzido pelo Fernand Braudel Institute of World Economics, que no Brasil está associado à Fundação Armando Álvares Penteado, de São Paulo.

Objetivo: Desenvolver um programa-modelo de como reduzir a violência em áreas urbanas brasileiras de alto risco por meio de policiamento comunitário e da cooperação da comunidade.

Atividades e sucessos:

- Angariou apoio entre diversos atores políticos;
- Lançou reuniões mensais na cidade em parceria com a prefeitura, a câmara municipal, os chefes das polícias civil e militar, empresários e lideranças religiosas e comunitárias;
- Desenvolveu contatos e adquiriu conhecimentos profundos sobre abordagens de redução da violência que são transferíveis para outras cidades brasileiras;
- Fundou parcerias entre os diferentes órgãos comunitários municipais e os moradores das comunidades.

Resultados, impactos:

- Uma queda de 12% na taxa de homicídio e de 11% na de roubo de carros;
- Maior conscientização pública quanto ao problema da violência; iniciou diálogo e iniciativas eficazes por parte da polícia;
- Fundação da Coordenadoria de Defesa Social e do Conselho Municipal de Segurança Pública para estudar e implementar várias abordagens de prevenção da violência;
- Aprovação de uma lei municipal regulamentando o funcionamento de bares após as 23h;
- Implementação de uma força-tarefa para trabalhar com pais, mães, estudantes e professores na área de prevenção da violência na cidade; um projeto piloto voltado à violência nas escolas;
- Fornecimento de um sistema computadorizado de mapeamento do crime;
- Criação de um sistema telefônico anônimo pra receber denúncias de atividades criminosas; em 2001, 65 dos 352 telefonemas anônimos resultaram em prisões;
- Maior cooperação polícia-comunidade;
- Aumento no diálogo com lideranças de outros municípios que também enfrentam problemas com a violência, tais como São José dos Campos e Campinas.

FONTE: Fernand Braudel Institute of World Economics, Development Marketplace Project: Police and Community Cooperation for Reduction of Violence in Diadema, Sao Paulo, Brazil, Project 802, Final report, Fevereiro de 2002. Site : <http://www.braudel.org.br>



O monitoramento é uma função da gerência. Ele implica uma verificação contínua da implementação do programa e seus projetos.

uados ou alterados e se os recursos foram bem gastos. Estas informações são cruciais para a sobrevivência da estratégia.

É preciso monitorar e avaliar a estratégia para poder:

- Medir se a estratégia atingiu seus objetivos;
- Verificar o custo da iniciativa;
- Medir algum possível benefício em termos de custo;
- Avaliar se houve mudanças nas percepções da população;
- Adaptar a estratégia de acordo com informações sobre o que funciona;
- Ter-se uma compreensão melhor dos problemas e de por que estes obstaculizaram a implementação;
- Entender resultados negativos que a

- estratégia possa ter tido, como, por exemplo, o crime ter migrado para outra área;
- Desenvolver uma compreensão de o quê são práticas boas e exitosas;
 - Usar todas estas lições para desenvolver a estratégia.

O quê deve ser monitorado e avaliado?

Será preciso avaliar o resultado ou impacto da estratégia como um todo. Isto quer dizer que cada programa e projeto que fizer parte da estratégia tem que ser monitorado e avaliado separadamente. Vale lembrar que o resultado de um projeto não é simplesmente menos crime.

Quando deve-se começar o processo de monitoramento e avaliação?

Embora monitoramento e avaliação sejam a última etapa deste manual, eles devem ser planejados desde o começo do processo de elaboração da estratégia. A partir da Etapa 2, quando se começa a selecionar áreas de foco, deve-se iniciar o processo de monitoramento. Isto garantirá que:

- A estratégia será monitorada desde o começo;
- As informações necessárias à mensuração do impacto da estratégia serão coletadas (estas informações ajudarão a entender as razões do sucesso ou fracasso do programa);
- Há condições de se acompanhar novos problemas ligados ao crime e examinar rotineiramente a comunidade para detectar e evitar possíveis aumentos na criminalidade.

Monitoramento e avaliação são a chave para prolongar a vida da estratégia

É preciso desenvolver a habilidade de entender como e por quê a estratégia de prevenção do crime e da violência teve êxito ou não. Sem isto, será uma batalha árdua mudar os objetivos, tanto da estratégia quanto dos projetos. Também ficará difícil justificar por quê a estratégia deve continuar e por quê novos projetos devem ser iniciados. Tal habilidade pode também influenciar outras pessoas a se tornarem parceiros e se envolverem em projetos semelhantes. E mais, pode convencer os parceiros a continuarem seu envolvimento.

Passo 13: Assegurar-se que o monitoramento e a avaliação foram planejados e orçados

Estes devem ser orçados adequadamente dentro do programa como um todo. Não se trata de um exercício barato que pode ser adicionado mais tarde.

Vale também lembrar que os resultados de um projeto podem ser avaliados somente se comparados à situação anterior ao início do projeto. Isto quer dizer que certas informações precisam ser aceitas por todos os parceiros do projeto como sendo o ponto de partida, a base sobre a qual se trabalhará. Estas informações devem ter sua origem na auditoria de segurança comunitária.

Dica 5: Quem deve conduzir o exercício?

O monitoramento é uma função da gerência. Ele implica uma verificação contínua da implementação do programa e seus projetos. Esta função costuma ser desempenhada pelo(a) coordenador(a) da estratégia, mas ela toma muito tempo e deve-se portanto considerar uma contratação específica. A avaliação requer uma mensuração objetiva do que foi alcançado. O ideal é que alguém hábil, porém não envolvido(a) na elaboração ou implementação do programa, avalie a estratégia.

Passo 14: Assegure-se de que os objetivos dos projetos tenham sido clara e corretamente definidos

Deve-se tomar o tempo devido para identificar as metas gerais do programa como um todo, objetivos específicos que ajudarão no cumprimento destas metas e produtos que ajudarão a atingir os objetivos.

Entre as metas gerais deve haver:

- Tornar a comunidade mais segura;
- Reduzir o medo do crime;
- Reduzir o crime contra o patrimônio;
- Reduzir a incidência da violência;
- Reduzir o impacto do crime em grupos vulneráveis.

Entre os objetivos específicos podem estar:

- Reduzir os roubos domiciliares numa área específica em 20% até uma certa data;
 - Tornar o policiamento comunitário operacional numa área específica até uma certa data;
 - Estimular os moradores a prestar queixa à polícia em casos de violência doméstica.
- O 'objetivo' pode ser melhor compreendido

e definido se se pergunta quais ações seriam necessárias para alcançar o objetivo. Os exemplos abaixo, nos quais alguns objetivos são relacionados a produtos específicos, podem esclarecer isto.

A diferença entre monitoramento e avaliação

O monitoramento é um processo contínuo que enfoca atividades do projeto em andamento. Estas são freqüentemente chamadas de produtos. A avaliação examina o desempenho do projeto uma vez este terminado. Isto é freqüentemente chamado de resultado. Produtos geralmente são resultados mais imediatos, atingidos quando se chega a um objetivo. Resultados costumam se referir a uma idéia mais ampla com vários objetivos, uma vez estes alcançados. A tabela abaixo mostra exemplos de produtos e resultados de um projeto, e a distinção entre eles:

Exemplo de objetivo e produtos correspondentes

Objetivo	Produtos
100 policiais comunitários nas ruas da comunidade X, até setembro de 2003	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de policiamento comunitário desenvolvido até fevereiro de 2003 • Potenciais policiais comunitários identificados até março de 2003 • Equipamento comprado até junho de 2003

Exemplos de produtos e resultados

Produto	Resultado
Policiais comunitários operacionais/visíveis; policiamento aumentado em 50%	Redução de assaltos em 20-30% Redução de medo do crime
Trancas de segurança instaladas em 100% das casas de uma área definida até uma certa data	Redução de 10-20% nos roubos a casas de uma área definida
Abrigo para vítimas de violência doméstica criado e folhetos a respeito distribuídos a todas as casas até uma certa data	Vítimas de abuso físico por parte do cônjuge mais dispostas a dar queixa à polícia

Passo 15: Identificar maneiras de avaliar o programa e como foram conduzidos os projetos

É importante identificar indicadores para medir os produtos do projeto. É preciso identificar ou uma ação que ocorreu ou outra medida que prove que houve a atividade. Isto é necessário para se julgar se o produto desejado foi alcançado.

Identificar indicadores para avaliar o impacto do programa

Uma vez acordado o quê se quer alcançar por intermédio do programa e quais são as metas e objetivos, além dos resultados esperados, é preciso decidir como se medirá ou julgará o impacto do quê foi feito. Os elementos que ajudam neste processo costumam ser chamados de 'mensuráveis' ou indicadores. É necessário haver consenso sobre quais tipos de indicadores serão usados. Pode-se usar uma variedade de indicadores para avaliar o impacto da estratégia. Os exemplos abaixo podem ajudar na escolha dos indicadores mais relevantes:

- Taxas de crime e de violência;
- Nível de medo do crime ou sentimentos de segurança entre os moradores;
- Taxas de vitimização;
- O volume e tipo de cobertura nos meios de comunicação;
- O nível de compreensão da segurança comunitária entre a população;
- Até que ponto atividades locais envolvem a juventude;
- O número, disponibilidade e uso feito de programas de apoio à maternidade/paternidade positiva;
- O número de contatos com a polícia;
- O número de moradores envolvidos em atividades de desenvolvimento comunitário;
- O número de moradores usando os espaços públicos e ruas;
- Até que ponto os moradores interagem e têm um sentido de comunidade;
- O nível de consciência na comunidade do projeto de prevenção do crime e da violência;
- O nível de participação no projeto de prevenção do crime e da violência;
- O nível de consciência de e de satisfação com os serviços policiais;
- O grau de limpeza e manutenção do ambiente físico;
- O grau de vadiagem;

Exemplos de produtos e seus indicadores de desempenho

Produtos	Indicadores de desempenho
Aumentar o patrulhamento de uma área definida	Média diária de policiais na rua de acordo com registro de plantões
Tornar operacional projeto de policiamento comunitário	Número identificado de policiais comunitários treinados e equipados
Instalar trancas de segurança	Número acordado de trancas instaladas
Criar abrigo para vítimas de violência doméstica	Abrigo para vítimas de violência doméstica em funcionamento
Distribuir folhetos sobre violência doméstica	Registros mantidos por empresa distribuidora contratada
Agentes de campo aconselhando jovens sobre os riscos do uso de drogas	Número de contatos feitos Número de kits informativos distribuídos

- Até que ponto há vandalismo e pichação;
- A evolução do custo de seguros e do número de seguros acionados;
- Até que ponto dão certo medidas de 'reforço de alvos', como a instalação de tranças de segurança;
- A diversidade dos usuários das áreas centrais da cidade.

Identificando indicadores para avaliar o desempenho da estratégia

Indicadores de desempenho dão informações sobre quão bem os projetos têm sido organizados e conduzidos.

Estes indicadores podem medir processos da estratégia que não podem ser quantificados. Por exemplo, para se medir o comprometimento das diferentes partes interessadas, pode-se usar o comparecimento a reuniões, contribuições em reuniões e ações resultantes, além do nível de financiamento. Pode-

se também lançar mão de pesquisas de opinião conduzidas em reuniões comunitárias, em reuniões de organizações, em focus groups ou em levantamentos diretos.

Dica 6: Selecionar indicadores de desempenho cuidadosamente, tal que eles:

- **Se relacionem tão direta e precisamente quanto possível com os resultados pretendidos;**
- **Ajudem a focar atenção no trabalho de prevenção do crime e da violência;**
- **Não comprometam outros objetivos em sua tentativa de realização;**
- **Sejam quantitativos e preferivelmente medidas proporcionais;**
- **Sejam eficazes em termos de custo;**
- **Sejam críveis para a polícia e a população;**
- **Tenham cálculos claros;**
- **Ensinem o quê foi feito corretamente e o quê não foi.**

Exemplos de produtos e seus indicadores de desempenho

Resultado	Indicadores de desempenho
Redução no roubo a domicílios	Taxas de incidência em levantamentos Taxas de incidência registradas pela polícia Tentativas registradas pela polícia Gastos municipais com reparos a habitações públicas Acionamento de seguros Incidentes relatados por transgressores conhecidos
Redução no uso violento de facas, armas de fogo etc	Taxas de ferimentos/homicídios causados por facas/armas de fogo Incidentes de ataques com facas/armas de fogo em registros hospitalares Número de apreensões de armas ilegais
Redução do medo do crime nos espaços públicos abertos	Taxas de medo do crime medidas por levantamentos Níveis e tipos de atividades de rua medidas por observação
Redução de danos causados por uso de drogas entre adolescentes	Conhecimento e experiência de escolares das drogas e/ou álcool medidos por levantamentos Registros hospitalares
Maior qualidade de apoio e respostas às vítimas do crime	Taxas de satisfação medidas por levantamentos feitos com vítimas Número de reclamações da polícia Informações da polícia comunitária local

Exemplo: Policiamento comunitário em Hatillo, Costa Rica

Contexto: Em 1996, foi feita uma experiência de policiamento comunitário em Hatillo, Costa Rica. A localidade foi selecionada por duas razões: 1) o alto nível de inseguranças expressado pelos moradores; 2) Hatillo tem um alto grau de organização comunitária. Esta organização comunitária fica aparente na existência de diversos grupos religiosos, culturais e esportivos.

Objetivos:

- Identificar e resolver problemas da comunidade relacionados à pequena delinquência e à segurança;
- Reduzir a sensação de insegurança da população;
- Melhorar a imagem da polícia aos olhos da população;
- Incorporar a comunidade em planos de ação voltados para a segurança pública.

Atividades e sucessos:

- Seleção e treinamento de 120 policiais em habilidades legais e inter-pessoais;
- Instalação de unidades policiais com vistas a descentralizar as forças policiais;
- Criação do Conselho de Monitoramento e Segurança Comunitária, órgão responsável por fazer consultas permanentes a respeito do planejamento e execução das ações policiais;
- Adoção de formas novas de patrulhamento, principalmente patrulhas à pé e de motocicleta para se adequar às ruas e avenidas estreitas de Hatillo;
- Desenvolvimento de programas especiais sobre questões como violência intra-familiar, delinquência juvenil, resolução alternativa de conflitos e prevenção do uso de drogas.

Resultados, impactos:

- Os resultados são baseados numa avaliação conduzida apenas um ano após a implementação.
- As agressões, o maior problema da cidade, diminuíram.
- A sensação de insegurança também caiu: 36% da população relataram antes do programa "sentir-se inseguro(a) até em casa"; esta porcentagem diminuiu para 19%; 53% relataram "evitar sair a noite por sentir-se inseguro(a)"; esta porcentagem diminuiu para 23%.
- O programa teve bons efeitos na avaliação da polícia por parte da população: antes do programa, 49% da população relataram "não confiar na polícia"; esta porcentagem caiu para 29%; 47% não achavam a polícia eficiente; esta porcentagem diminuiu para 27%; 46% não achavam a polícia suficientemente qualificada; esta porcentagem diminuiu para 20%; 37% acreditavam que a polícia dava bom tratamento aos criminosos; 16% ainda estavam convencidos disto após o programa.
- O impacto na delinquência não foi significativo após o primeiro ano; as taxas variaram pouco: roubos a domicílios aumentaram de 13% para 14%; assaltos a mão armada baixaram de 5% para 2%; assaltos sem armas caíram de 9% para 8%; roubos de carros subiram de 4% para 5%, de bicicletas e motos, de 3% para 6%.

FONTE: Laura Chinchilla M., Policia de Orientación Comunitaria "Una Adecua Alianza entre Policia y Comunidad Para Revertir la Inseguridad", outubro de 1999.

Passo 16: Estabelecer um quadro de avaliação e conduzi-la

Elaborando o quadro

Este às vezes é chamado de quadro lógico. Ele ajuda a monitorar e verificar se o que se está fazendo e fez ocorrem ou ocor-

reram de uma maneira lógica. O exemplo, adaptado de um projeto de prevenção do crime de Miami, Flórida, EUA, esclarece como ele pode ser útil.

Exemplo: Vigilância ao crime estudantil para criar um ambiente escolar que não tolere o crime ou a violência			
	Elemento do projecto	Indicador	Meio de verificação
Resultado/ impacto	Níveis reduzidos de vitimização estudantil e de criminalidade dentro e em volta de uma escola de segundo grau ao longo de dois anos	Redução de 50% em incidentes criminosos no ano 1 e 'tolerância zero' do crime no ano 2	<ul style="list-style-type: none"> • Estatísticas da polícia • Registros escolares • Registros do grêmio estudantil • Levantamentos com estudantes
Objetivo	250 estudantes recrutados e educados em métodos de prevenção do crime (ex.: clube de vigilância)	Número de estudantes treinados monitorado mensalmente	Registros do clube estudantil de vigilância
Produto	Mês 1: material educacional elaborado; cada sócio do clube deve identificar 5 trainees entre seus pares por mês	<ul style="list-style-type: none"> • No. de participantes do curso • No. de trainees recrutados com êxito 	<ul style="list-style-type: none"> • Registros de curso • Questionário pós-curso • Aprovação de sociedade ao clube
Atividades	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver curso de treinamento • Oferecer o treinamento • Monitorar e identificar problemas com o crime e possibilidades de prevenção • Retorno contínuo de informações dos estudantes via levantamentos e campanha de recrutamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade do manual de treinamento e número de estudantes sendo treinados • Relatórios relacionados aos tipos de crime a serem evitados 	<ul style="list-style-type: none"> • Relatórios do clube • Extratos financeiros mensais <p>Resumos de reuniões e registros do clube</p>
Insumo	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio do Conselho Estudantil de Segurança • Apoio das autoridades escolares • Fundos do clube 	<ul style="list-style-type: none"> • Tempo da executiva do clube • Disponibilidade e presença da executiva do clube: presidente e outros • Registros de reuniões e participantes 	

Conduzindo a avaliação

Pode-se conduzir a avaliação usando um quadro como o acima. Para ser prático, os elementos dos projetos em termos de impactos/resultados e objetivos precisam ser específicos, mensuráveis, atingíveis, realistas e estar de acordo com um cronograma. Vale lembrar que a avaliação de impacto almeja decidir se a estratégia fez diferença para a comunidade. Para tanto, será necessário usar dados da auditoria de segurança comunitária.

Dica 7: Quando fazer

Deve-se deixar passar tempo suficiente entre o começo do projeto e a avaliação para que o efeito ocorra. Mas não deve ser muito tempo depois, pois os efeitos já poderão ter diminuído.

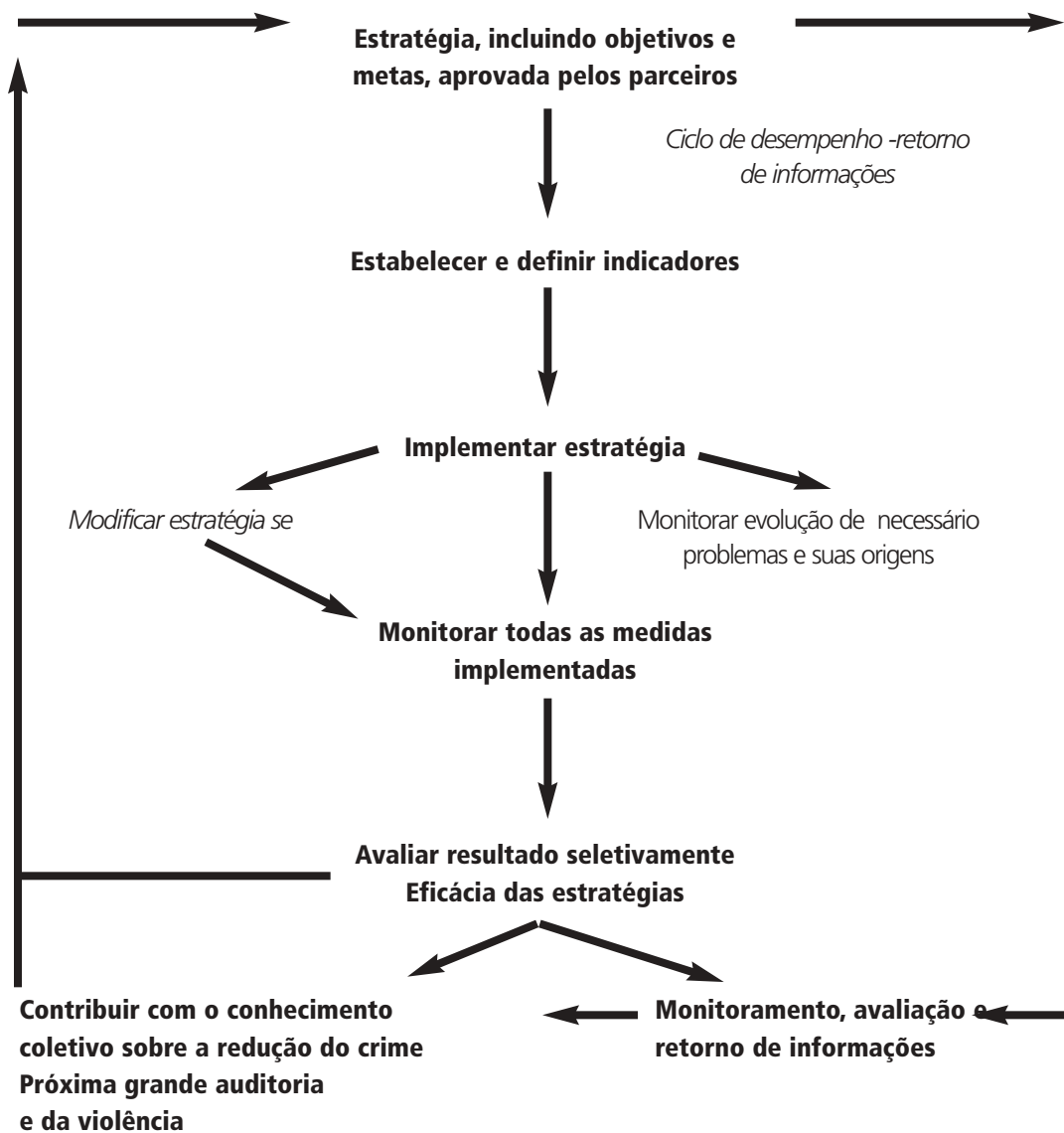
Dica 8: Não desanimar

Projetos de prevenção do crime e da violência são notoriamente difíceis de monitorar e avaliar. Devido ao fato da prevenção da atividade criminosa ser a meta geral de qualquer programa de prevenção do crime e da violência, as limitações geralmente encontradas quando da avaliação de projetos ficam magnificadas: não se pode medir algo que foi evitado. É importante estar

ciente dos problemas identificados abaixo e não pular este exercício importante.

Vale a pena ter estes desafios em mente:

- Lembrar que os objetivos podem ser complexos porque freqüentemente podem ser atingidos de maneiras indiretas. Isto é especialmente verdade para se reduzir o crime e a violência.
- Em geral é difícil medir projetos com cronogramas longos e atribuir-lhes causas e efeitos. Os efeitos dos programas de prevenção do crime e da violência freqüentemente só se concretizam anos depois.
- Mesmo se o crime e a violência caírem na área, descobrir o quê causou a queda freqüentemente é difícil porque o crime é resultado de muitos fatores além do alcance da estratégia.
- A coleta de dados-base confiáveis para uso comparativo futuro não é fácil, já que os padrões, práticas e taxas de se relatar crimes podem mudar com o tempo.
- A repetição de abordagens que funcionaram em outros lugares deve ser feita com muito cuidado, já que as condições podem ser diferentes.
- Os resultados da avaliação podem se limitar a uma compreensão do quê funciona, o quê é promissor e o quê não funciona.



Exemplo: programas comunitários: lições dos EUA

Em 1997, a Attorney General dos EUA (equivalente a ministra da justiça) apresentou um relatório ao Congresso classificando diferentes programas em três grupos: 1) o que funciona, 2) o que não funciona, 3) o que é promissor. Os programas avaliados foram classificados em sete cenários institucionais nos quais operavam: em comunidades, famílias, escolas, mercados de trabalho e lugares (empresas, hotéis e outros locais); pela polícia e órgãos da justiça penal pós-detenção. Mais detalhes sobre a metodologia da avaliação podem ser encontrados em National Institute of Justice, Research in Brief, julho de 1998 (site: <http://www.preventingcrime.org>). As conclusões-chave do relatório podem ser resumidas assim:

Em comunidades: De acordo com o relatório, não há prova científica de programas comunitários que realmente evitem o crime e a violência. Entretanto, o relatório citou vários programas promissores:

- A violência de gangues pode ser reduzida por meio do monitoramento de seus integrantes com a ajuda de trabalhadores comunitários, policiais e probation officers (inspetores de liberdade condicional).
- Aumentar o número de policiais pode reduzir o crime em geral nas cidades. Interrogatórios educados de pessoas suspeitas podem diminuir os crimes de rua. A polícia demonstrar maior respeito por transgressores criminosos pode reduzir o número de reincidências.
- Programas de mentores comunitários (um exemplo é o Big Brother/Big Sister of America) podem evitar o uso de drogas entre as crianças. Programas de recreação comunitária após o horário escolar podem diminuir a criminalidade juvenil numa localidade.
- A criação de abrigos para mulheres espancadas pode ajudar a reduzir a repetição de agressões domésticas.

Em famílias:

- A estratégia de visitas ao lar. Este é um programa voltado para crianças e adolescentes que visa evitar desde cedo o desenvolvimento de comportamentos anti-sociais como resultado de abuso, negligência e má criação. O programa envia enfermeiros(as) e outros(as) ajudantes qualificados(as) para ensinar mães de crianças de zero a dois anos e mulheres grávidas a criar melhor seus filhos e lidar com questões como a depressão, raiva, impulsividade e dependência química. [Estudos conduzidos revelaram uma redução de 79% nos casos de abuso e negligência entre mães pobres (Olds et al., 1997); adolescentes cujas mães receberam visitas tinham uma probabilidade 60% menor de fugir de casa, 55% menor de serem presos e 80% menor de cometer um crime quando comparados a adolescentes cujas mães não receberam visitas (Olds et al., 1998).]
- As aulas, complementadas por visitas semanais de professores da pré-escola, constituem uma estratégia de sucesso para se reduzir a violência entre as crianças. Este programa é semelhante à estratégia de visitas ao lar. Além disso, esta abordagem sensibiliza tanto pais quanto filhos com relação à prevenção da violência já que o trabalho do pessoal escolar é prolongado no lar, oferecendo, assim, uma certa continuidade ao processo. Descobriu-se que estes serviços, prestados a crianças com menos de 5 anos, reduzem a incidência de detenções pelo menos até a idade de 15 (Lally et al., 1988) ou 19 anos (Berrueta-Clement et al., 1985).
- A terapia familiar e o treinamento para pais e mães a respeito de pré-adolescentes delinquentes e em situação de risco comprovadamente reduzem a agressividade e a hiperatividade, fatores de risco para a delinquência.

Em escolas: A melhor maneira de se evitar a violência em escolas é mudar o ambiente escolar e da sala de aula. O relatório apurou que programas individuais tais como orientação psicológica, inclusive com a ajuda dos pares, aulas de prevenção das drogas e programas escolares de enriquecimento do tempo livre não funcionam. Quatro estratégias conseguiram mudar o ambiente escolar e da sala de aula:

- Construir a capacidade da escola de se administrar;
- Implementar normas de comportamento e fazer cumprir as regras, políticas e regulamentos escolares;
- Modificar a organização das salas de aula para melhorar o ambiente e os processos educacionais;
- Agrupar os alunos de diferentes maneiras com vistas a criar micro-climas mais adequados na escola.

Nos mercados de trabalho:

- Prover capacitação profissional para ex-transgressores não mais em liberdade condicional evita a reincidência.
- Prender agressores domésticos no local de trabalho já se mostrou uma maneira eficaz de se reduzir a violência doméstica.

Apêndice 1: Perguntas úteis para servir de guia

Apêndice 1: Perguntas úteis para servir de guia

Deve-se escolher áreas onde os níveis de crime e violência são altos?	
Sim	Não
Escolher um bairro/área com altos índices de crime e violência concentra os recursos onde estes são mais necessários.	Pode-se ser criticado por usar recursos não-equitativamente, especialmente se um bairro com grande poder de lobby influenciou a decisão.
O impacto pode ser mais visível se os recursos forem focados em áreas específicas. Entretanto, há evidências que sugerem que espalhar os recursos numa área maior não dilui necessariamente os benefícios. Porém, a organização fica mais difícil.	Alguns problemas de crime e violência que ocorrem numa área têm soluções que envolvem intervenções além dos seus limites.
Selecionar uma área onde poucos projetos funcionam pode significar que a área tem sido negligenciada. Isto tornará mais fácil aferir o impacto do programa.	Reduzir o crime costuma requerer uma abordagem multi-setorial. É sábio selecionar áreas onde outros já trabalham.

As taxas e o impacto do crime e da violência devem ser a preocupação principal?	
Sim	Não
Em geral, quanto maior o impacto e a taxa de um crime, mais prioridade ele deve ter. Entretanto, avaliar o impacto é um exercício subjetivo. Por exemplo, o crime violento importa mais do que o crime contra o patrimônio? O crime contra a criança importa mais do que contra o idoso?	Às vezes, a magnitude de um problema está além da capacidade de recursos de uma iniciativa em particular. Se o problema de uma cidade são as gangues e elas têm 100,000 membros, é improvável que o problema possa ser enfrentado sem uma definição precisa dos grupos-alvo e das áreas.

É importante haver ações focadas para a vitimização repetida?

Sim	Não
Freqüentemente, um pequeno grupo de pessoas da comunidade é repetidamente vítima de um tipo de crime. Pesquisas sugerem que há um grande potencial de redução do crime se as vítimas recorrentes forem o alvo da intervenção.	Em certas áreas, as taxas de vitimização e vitimização repetida são tão altas que parte do mérito de se focar vítimas recorrentes no trabalho de prevenção— i.e., trabalhar com um grupo-alvo pequeno e definido - se perde.

Deve-se assumir apenas projetos e papéis de responsabilidade da instituição ou departamento?

Sim	Não
As soluções para certos problemas de crime e violência podem ser de clara responsabilidade de um órgão em particular, em cujo caso pode ser melhor deixar esta intervenção para este órgão ou, ao menos, fazer pressão pela sua inclusão. E se houver um problema devido à inação do órgão, a melhor coisa a fazer é deixá-lo resolver a questão.	Alguns órgãos são lentos para assumir seus papéis, por diversas razões. Às vezes pode ser útil para outros órgãos formular projetos-piloto como exemplo do que pode ser feito.
O fato de se lidar com novas áreas de competência desenvolve a capacidade e melhora a perspectiva de redução do crime e da violência por uma organização. Mas não se deve esperar desvios radicais no que as organizações fazem e nos recursos que estarão dispostas a comprometer.	É difícil conseguir apoio interno para a solução de problemas ligados ao crime que estiverem fora da alçada tradicional do órgão. Mas já que a redução do crime e da violência não é verdadeiramente uma função central de qualquer órgão, o grau de desvio das atividades é o mais importante, provavelmente.

Exemplo: Safer Cities: Grande Johannesburgo era visto inicialmente com ceticismo, tanto interna quanto externamente, já que as pessoas não consideravam a prevenção do crime uma função do governo local. Para aplacar tais temores, muitas das atividades originais do programa se relacionavam de alguma maneira a atividades tradicionais do governo local.

Deve-se investir no desenvolvimento de mais capacidade para o trabalho de prevenção do crime e da violência?

Sim

Deve-se considerar com cuidado a capacidade de uma certa organização ou parceria para resolver um problema de crime ou violência. A falta de conhecimentos e habilidades freqüentemente está associada com elaboração e implementação fracas. Ao se decidir por um programa, deve-se fazer uma auditoria das habilidades existentes e avaliar o potencial de se somar capacidade por meio de contratações ou treinamento.

A redução do crime e da violência é um campo novo para muitas cidades da América Latina e há poucos executores experientes. A disponibilidade de capacidade humana freqüentemente é limitada, como são também os exemplos de boas práticas em projetos. A única opção pode acabar sendo o 'aprender fazendo'.

Deve-se seguir os exemplos de outros?

Sim

Se há exemplos de projetos que reduziram de fato a criminalidade, é sábio seguir o exemplo ao invés de construir um projeto novo que possa vir a ser menos exitoso. Mesmo projetos que não deram certo podem oferecer lições úteis.

Não

O contexto no qual um projeto de sucesso opera é extremamente importante. O que funciona num caso pode não funcionar noutro. Qualquer projeto vindo de outro lugar precisa ser adaptado à comunidade em questão.

Como equilibrar custo e benefício?

Ao se avaliar um programa em particular, deve-se pôr na balança os custos e os benefícios de se iniciar o projeto. É necessário levar em consideração os recursos disponíveis ao se escolher um programa.

Soluções eficazes e eficientes são as mais indicadas.

Primeira escolha - Custo baixo: benefício alto

Segunda escolha - Custo alto: benefício alto

Terceira escolha - Custo alto: benefício baixo

A estratégia deve focar intervenções de curto ou longo prazo?

Programas sociais de prevenção do crime demoram mais para serem implementados e darem resultados do que programas situacionais ou de repressão. Por exemplo, pode levar anos para se saber o impacto de programas de pré-escola para crianças e famílias em situação de risco. Ao se escolher programas, pode ser necessário equilibrar resultados imediatos com benefícios de mais longo prazo. Se a instituição em questão está desenvolvendo uma função de prevenção do crime pela primeira vez e existe um certo ceticismo quanto à sua eficácia, é melhor concentrar-se em intervenções de mais curto prazo inicialmente.

Cabe preocupar-se com o deslocamento do crime para áreas vizinhas?

Sim	Não
Se projetos têm êxito eles podem causar um aumento da criminalidade numa área vizinha, afetar um outro grupo de vítimas ou resultar em mais violência. Mas vale lembrar que é improvável que o deslocamento será igual ao declínio na área-alvo.	Alguns programas têm benefícios que se estendem para além do grupo- ou área-alvo. Este tipo de efeito repetidor pode agregar valor à estratégia.

A percepção e o medo do crime são importantes?

Sim	Não
Pode-se argumentar que enfrentar o medo do crime e da violência é tão importante quanto enfrentar o crime e a violência propriamente ditos, já que viver com medo afeta a qualidade de vida das pessoas. Pode ser importante incluir estratégias que lidem com o medo do crime e da violência.	O medo de um ato criminoso ou violento em particular não costuma ser proporcional aos níveis reais do crime ou tipo de violência. Por exemplo, os homens são mais vitimados por agressões físicas, mas temem-nas menos do que as mulheres. Como certas pessoas têm mais acesso a meios de comunicação e representantes políticos, certos medos recebem publicidade indevida. Portanto, é importante não deixar de observar os padrões reais de vitimização.

Os programas escolhidos necessitam de apoio político?

Sim
Ter apoio político firme para um projeto costuma ser vital para que programas de prevenção do crime tenham um encaminhamento eficaz - se por nenhuma outra razão, pelo fato de abrir portas para recursos. A falta de apoio político para um projeto pode matá-lo antes que comece. Como numa secretaria municipal, se não se buscar a opinião do chefe político, talvez o projeto não seja aprovado. Se isto acontecer, a parceria pode buscar apoio político. Alternativamente, outros parceiros podem conduzir o projeto.

Recursos e Contatos Úteis

Publicações

*CSIR, National Crime Prevention Centre. 2000. *A manual for Community Based Crime Prevention*. Pretória, África do Sul. www.csir.co.za

*CSIR, National Crime Prevention Centre. 2000. *Designing Safer Places: A manual for Crime Prevention through Planning and Design*. Pretória, África do Sul. www.csir.co.za

*International Centre for the Prevention of Crime (ICPC). Margaret Shaw. 2000. *The role of Local Government in Community Safety*. <http://www.crime-prevention-intl.org>

National Crime Prevention Council. 1995. *350 Tested Strategies to Prevent Crime: A Resource Guide for Municipal Agencies and Community Groups*. Washington, DC. Visite: www.ncpc.org/5use.htm or store.yahoo.com/mcgruff/.

National Crime Prevention Council. 2000. *150 Tested Strategies to Prevent Crimes from small cities, counties, and rural communities*. Washington, DC. Visite: www.ncpc.org/5use/htm or store.yahoo.com/mcgruff/.

National Crime Prevention Council. *Six Safer Cities: On the Crest of the Crime Prevention Wave*. Washington, DC.

Para mais informações visite: www.ncpc.org/5use.htm ou <http://www.store.yahoo.com/mcgruff/>

National Crime Prevention Center. 2001. *From the Ground up : Municipal Crime Prevention Initiatives*. Canadá. <http://www.crime-prevention.org/english/publications/index.html>

National Crime Prevention Center. 2000. *Models of Practice for Community Safety and Crime Prevention*. Canadá. <http://www.crime-prevention.org/english/publications/index.html>

National Crime Prevention Center. 2000. *Primer on Municipal Crime Prevention*. Canadá. www.crime-prevention.org/english/publications/index.html

National Crime Prevention Center. 2001. *The Role of Local Government in Fostering Community Safety*. Canadá. http://www.crime-prevention.org/english/publications/international/Bulletin2_e.pdf

Inter-American Development Bank. 1999. *Technical Notes: Violence Prevention*. Washington, DC. http://www.iadb.org/sds/SOC/publication_546_e.htm

Buvinic, M. Morrison, A. and Shifter, M.
1999. *Violence in Latin America and the Caribbean: A Framework for Action*. Inter-American Development Bank. Washington, DC. http://www.iadb.org/sds/SOC/publication_546_e.htm

Instituições - ONGs

Soroya Smaoun—Safer Cities Program

Governance Unit/Urban Development Branch
UNCHS (Habitat)
Room P-310
UN Compound Gigiri
Narobi, Kênia
Tel: + 254 - 2 - 623208
Fax: + 254 - 2 - 623536
e-mail: safercities@unchs.org
site: <http://www.unchs.org/programmes/safercities/>

Contato :
Sra. Soraya Samoun
Especialista em Assuntos Sociais
e-mail: Soraya.samoun@unchs.org

Ou
Sra. Laura Petrella
Especialista em Segurança Urbana
e-mail: Laura.petrella@unchs.org

Rubem Cesar Fernandes

Ladeira da Glória, 98
Rio de Janeiro - RJ
22.2211-120
Brasil
Tel: 55 21 2285 5427
Fax: 55 21 2558 1381
e-mail: vivario@vivario.org.br
site: <http://www.vivario.org.br/>

Contato:
Rubem César Fernandes
e-mail: rubem@vivario.org.br

International Centre for the Prevention of Crime (ICPC)

507, Place d'Armes
Suite 2100
Montreal - Quebec
Canadá H2Y 2W8
Tel: [1] (514) 288-6731
Fax: [1] (514) 288-8763
e-mail: cipc@crime-prevention-intl.org
site: <http://www.crime-prevention-intl.org>

Contato:
Terrance Hunsley
Diretor-Geral
e-mail: thunsley@crime-prevention-intl.org

World Health Organization (WHO)

Department of Injuries and Violence Prevention
20, Avenue Appia
CH - 1211 Geneva 27
Suiça
Tel: + 41 (22) 791-3480
Fax: + 41 (22) 791-4332
site: http://www5.who.int/violence_injury_prevnetion/

Contato:
Dr. Etienne Krug
Kruge@who.ch

Pan American Health Organization (PAHO)

HPP/Violence and Health
525, 23rd Street NW
Washington, DC 20037
EUA
Tel: [1] (202) 974-3268
Fax: [1] (202) 974- 3694
e-mail: violence-health@paho.org
site: <http://www.paho.org>

Inter-American Development Bank (IDB)

Social Development Division
SDS/SOC
1300, New York Ave. NW
Washington, DC 20577
Stop W 502
EUA

Tel: [1] (202) 623-3533
Fax: [1] (202) 623-1576
e-mail: sds/soc@iadb.org
site: http://www.iadb.org/sds/SOC/site_471_e.htm

**National Crime Prevention Centre
(NCPC - Canada)**

Macdonald Building
123, Slater Street, 8th floor
Ottawa, Ontario
Canadá, K1A 0H8
Tel: (613) 941-9306
Fax: (613) 941-7863
e-mail: ncpc@crime-prevention.org
site: <http://www.crime-prevention.org>

**National Crime Prevention Council
(NCPC - USA)**

1000, Connecticut Avenue NW
13th floor
Washington, DC 20036
EUA
Tel: [1] (202) 466- 6272
Fax: [1] (202) 296- 1356
e-mail: webmaster@ncpc.org
site: <http://www.ncpc.org>

**The Center for Disease Control and
Prevention (CDC)**

National Center for Injury Prevention and
Control
Mailstop K 65
4770 Buford Highway NE
Atlanta, GA 30341-3724
EUA
Tel: [1] (770) 488-1506
Fax: [1] (770) 488-1667
e-mail: OHCINFO@cdc.gov
site: <http://www.cdc.gov/ncipchm.htm>

Sou da Paz

Rua Louis Hurat, 260
05436-050
Sao Paulo-SP
Tel: +55 (11) 3812-1333
Website: www.soudapaz.org

Contato: Denis Mizna
Director

European Forum for Urban Safety

38, rue Liancourt
75014 Paris
França
Tel : + 33 1 40 64 49 00
Fax : + 33 1 40 64 49 10
e-mail: fesu@urbansecurity.org
site : <http://www.urbansecurity.org>

Contato: Elizabeth Johnston
Vice-Diretora Executiva
Johnston@urbansecurity.org

**Fernand Braudel Institute of World
Economics**

Associated with Fundação Armando
Álvares Penteado
Rua Ceará, 2
São Paulo - 01.243-010
Brasil
Tel: (5511) 3824-9633
Fax: (5511) 3825-2637
e-mail: ifbe@braudel.org.br
site: <http://www.braudel.org.br>

Contato: Noram Gall
Diretor Executivo
e-mail: ngall@braudel.org.br

CRISP-Centro de

Estudos em Criminalidade e Segurança Pública
UFMG
Tel: +55 (31) 3400-6310
Website: www.crisp.ufmg.br

Contato: Claudio Beato
Director

Referências

- Ayres, Robert L. 1998. *“Crime and Violence as Development issues in Latin America and the Caribbean”*. The World Bank, Washington, D.C.
- Biehl, Loreto. 1999. *“Violence Prevention - Technical Note 7: Domestic Violence against Women”*. Sustainable Development Department. The Interamerican Development Bank (IDB), Washington, D.C.
- Buvinic, Mayra., Morisson, Andrew and Shifter, Michael. 1999. *“Violence in Latin America and the Caribbean: A Framework for Action”*. Technical Study, Sustainable Development Department. IDB, Washington, D.C.
- Buvinic, M. and Morisson, A. 1999. *“Violence Prevention - Technical Notes 1 to 6”*. Sustainable Development Department. IDB, Washington, D.C.
- Cardia, Nancy. 2000. *“Urban Violence in São Paulo”*. Project on Urbanization, Population, Environment, and Security, No. 33. The United States Agency for International Development (USAID). Woodrow Wilson International Center for Scholars, Washington, D.C.
- CARIBBEAN GROUP FOR COOPERATION IN ECONOMIC DEVELOPMENT (CGCED). 2000. *“Controlling the Jamaican Crime Problem: Peace Building and Community Action”*. The University of the West Indies, Mona Campus, Kingston, Jamaica.
- Castro, Manuel F. and Ferro, Manuel S. (year). *“LA REPUESTA A LA CRIMINALIDAD Y LA VIOLENCIA EN COLOMBIA: Acciones del Estado Para Promover la Convivencia y la Seguridad en las Ciudades”*. Colômbia.
- Chinchilla, Laura. 1999. *“Policía de Orientación Comunitaria, una adecuada alianza entre policía y comunidad para revertir la inseguridad”*. Sustainable Development Department. IDB, Washington, D.C.
- Cruz, José Miguel. 1999. *“Victimization from Urban Violence: Levels and Related Factors in Selected Cities of Latin America and Spain”*. Project Activa 4. Research Coordination, Health and Human Development Division. The Pan American Health Organization (PAHO), Washington, D.C.
- FERNAND BRAUDEL INSTITUTE OF WORLD ECONOMICS. 2002. *“Police and Community Cooperation for Reduction of Violence in Diadema”*. Development Marketplace Project. São Paulo, Brasil.
- Fernández, Rubem César. 1998. *“Urban*

- Violence and Civic Action: The experience of Viva Rio". Rio de Janeiro, Brasil.
- Guerrero, Rodrigo. (year) "Control de la Violencia A Través de los Factores de Riesgo".
- Guerrero, R. 1999. "Violence Prevention - Technical Note 8: Violence Control at the Municipal Level". Sustainable Development Department. IDB, Washington, D.C.
- Guerrero, R. 1999. "Programa Desarrollo, Seguridad y Paz, DESEPAZ, de la Ciudad de Cali". Programa Municipales para la Prevención y Atención de la Violencia. IDB, Rio de Janeiro, Brasil.
- Guerrero, R. and Concha-Eastman, A. 2000. "An Epidemiological approach for the prevention of urban violence: The case of Cali, Colombia". Journal of Health & Population in Developing Countries, vol. 4, No. 1. <http://www.jhpdc.und.edu/journal41/rgart.htm>
- Gomart, Elizabeth. 2001. "Youth and Violence in the Caribbean: A Literature Review".
- Interamerican Development Bank, Division of Social Development. 2000. "BOLETIN DE LA RED DE ALCADES CONTRA LA VIOLENCIA". Washington, D.C.
- International Centre for the Prevention of Violence (ICPC). 1999. "100 Crime Prevention Programs to Inspire Action Across the World". Montreal, Canadá. <http://www.crime-prevention-intl.org>
- Knaul, Felicia M. and Ramírez, Miguel A. 2002. "THE IMPACT OF CHILD ABUSE AND FAMILY VIOLENCE ON THE PROBABILITY OF FUTURE FAMILY VIOLENCE, EDUCATIONAL ATTAINMENT, AND LABOUR OUTCOMES: THE MEXICAN CASE". México.
- Lederman, Daniel. Norman, Loayza and Fajnzylber, Pablo. 2001. "Crimen y Violencia en America Latina". The World Bank, Washington, D.C.
- Liebermann, S., Landman, K., Louw, A., and Robertshaw, R. (2000), Making South Africa Safe - A Manual for Community Based crime Prevention, CSIR, Pretória, África do Sul.
- McAlister, Alfred. 2000. "Juvenile Violence in the Americas: Innovative Studies in Research, Diagnosis, and Prevention". The Pan American Health Organization, Washington, D.C.
- Mihalic, Sharon., Irwin, Katherine., Elliott, Delbert., Fagan, Abigail and Hansen, Diane. 2001. "Blueprints for Violence Prevention". Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention (OJJDP). Washington, D.C. <http://www.ojjdp.ncjrs.org>
- Mockus, Antanas. 1999. "Armonizar ley, moral, y cultura - Cultura Ciudadana, prioridad de gobierno con resultados en prevención y control de violencia en Bogotá, 1995-1997". Sustainable Development Department. IDB, Washington, D.C.
- Moser, Caroline and Holland, Jeremy. 1997. "Urban Poverty and Violence in Jamaica". The World Bank, Washington, D.C.
- Moser, C. and Shrader, Elizabeth. 1999. "Crime, Violence, and Urban Poverty". The World Bank, Washington, D.C.

- Moser, C. and Shrader, E. 1999. "A Conceptual Framework for Violence Reduction". Latin America and Caribbean Region (LCR) Sustainable Development Working Paper No. 2 Urban Peace Program Series. The World Bank, Washington, D.C.
- Moser, C. and van Bronkhorst, Bernice. 1999. "Youth Violence in Latin America and the Caribbean: Costs, Causes and Interventions". LCR Sustainable Development Working Paper No. 3, Urban Peace Program Series. The World Bank, Washington, D.C.
- Moser, C. and Mc Ilwaine, Cathy. 2000. "Urban Poor Perceptions of Violence and Exclusions in Colombia". The World Bank, Washington, D.C.
- Municipio de Medellín - Secretaría de Gobierno - Consejería de Cultura Ciudadana. 2001. "MESAS BARRIALES DE CONVIVENCIA - Construcción comunitaria de la paz". Medellín, Colombia.
- The NATIONAL CRIME PREVENTION COUNCIL (CMPC). 2002. "150 Tested Strategies to Prevent Crime from Small cities, Counties and Rural Communities - A Resource for Municipal Agencies and Community Groups". NCPCC, Washington, D.C. <http://www.ncpc.org>
- Nield, Rachel. 1999. "Violence Prevention - Technical Note 9: The Role of the Police in Violence Prevention". Sustainable Development Department. IDB, Washington, D.C.
- Orpinas, Pamela. 1998. "Who is violent? Factors associated with aggressive behaviors in Latin America and Spain". Project Activa 3. Research Coordination, Health and Human Development Division. The Pan American Health Organization, Washington, D.C.
- Rodgers, Dennis. 1999. "Youth Gangs and Violence in Latin America and the Caribbean: A Literature Survey". LCR Sustainable Development Working Paper No. 4, Urban Peace Program Series. The World Bank, Washington, D.C.
- SENAME (Servicio Nacional de Menores). 2002. Santiago, Chile. <http://www.sename.cl>
- SERNAM (Servicio Nacional de la Mujer). 2002. Santiago, Chile. <http://www.sernam.gov.cl>
- Sherman, Lawrence W., Gottfredson, Denise., Mackenzie, Doris. Eck, John. Reuter, Peter. and Bushway, Shawn. 1997. "Preventing Crime: What works, What Doesn't, and What's Promising?". The National Institute of Justice, Washington, D.C.
- Thornton, Timothy N., Craft, Carole A., Dahlberg Linda L., Lynch, Barbara S. and Baer, K. 2000. "Best Practices of Youth Violence Prevention: A sourcebook for Community Action". Centers for Disease Control and Prevention (CDC), National Center for Injury Prevention and Control. Atlanta, Geórgia. <http://www.cdc.gov>
- UN-HABITAT and the Together Foundation. 2001. "Best Practices Database". <http://www.bestpractices.org>
- Vanderschueren, Franz. 2000. "PREVENTION OF CRIME". A Safer Cities Programme. UNCHS (HABITAT). Nairobi, Quênia.
- The World Health Organization (WHO), webpage: http://www5.who.int/violence_injury_prevention/
- <http://www.cybergrrl.com/views/dv/book/edf.html>

<http://child.cornell.edu/army/domestic/sect2.html>

<http://www.cdc.gov/ncipc/factsheets/ipvfacts.htm>

<http://www.media-awareness.ca>

<http://www.cbcs.ca/english/codes/violence.htm>
(Canadian Broadcast Standards Council)

<http://www.ccfv.org/types~.html>
(The Community Coalition on Family Violence)

1 Embora seja muito importante examinar fatores de risco, diversos autores destacam a necessidade de também se examinar os ativos, isto é, os pontos fortes de indivíduos e comunidades e não só seus problemas. (Ver International Centre for the Prevention of Crime, 2000; Moser, 1998, 2000.)

2 CSIR, 2000, Pretoria.
<http://www.csir.co.za>

3 CSIR/ISS; UN-Habitat, Safer Cities.

O Projeto Observatório dos Direitos Humanos trabalhou com trinta jovens, residentes de bairros de baixa renda em São Paulo, Brasil, que foram treinados para agir como observadores da situação de direitos humanos nas suas comunidades. O projeto foi desenvolvido e coordenado pela ONG Sou da Paz e pelo NEV-Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo.

4 Um bom guia passo-a-passo sobre CPTED é o manual desenvolvido pelo governo da África do Sul que acompanha este chamado 'Environmental Design for Safer Communities in South Africa', disponível no site <http://www.csir.co.za>.



The World Bank
Department of Finance, Private Sector and Infrastructure
Latin American Region